



UnB

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Patrícia da Cunha Pacheco

**A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE**

Brasília

2023

Patrícia da Cunha Pacheco

**A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard

Brasília

2023

**A Clínica psicanalítica com crianças em situação de vulnerabilidade acolhidas
institucionalmente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Aprovada pela Banca Examinadora em ____ de _____ de 2023.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard – Presidenta
Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dra. Márcia Cristina Maesso – Membro Efetivo
Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dra. Sandra Francesca Conte de Almeida – Membro Efetivo

Profª. Dra. Katia Cristina Tarouquella Rodrigues – Membro Suplente
Universidade de Brasília – UnB



Desespero - Barbara Jardim Nunes (2012)

José

E agora, José?

A festa acabou,

a luz apagou,

o povo sumiu,

a noite esfriou,

e agora, José?

e agora, você?

você que é sem nome,

que zomba dos outros,

você que faz versos,

que ama, protesta?

e agora, José?

(...)

está sem discurso,

está sem carinho,

(...)

a noite esfriou,

o dia não veio,

o bonde não veio,

o riso não veio,

não veio a utopia

e tudo acabou

e tudo fugiu

e tudo mofou,

e agora, José?

(...)

Com a chave na mão

quer abrir a porta,

não existe porta;

quer morrer no mar,

**mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?**

**Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!**

**Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?
[José para quem?]**

Carlos Drummond de Andrade (1942/2012)

Dedico este trabalho ao meu companheiro, parceiro e amor.

Agradecimentos

Realizar a escrita desta dissertação significou uma tentativa de elaborar o vivido na clínica com as crianças acolhidas institucionalmente. A experiência de escrita é paradoxal como a prática clínica: por um lado, extremamente solitária, visto que nos vemos grande parte do tempo sozinhos, buscando elaborar por meio de palavras escritas e inscritas, momento de se haver com o Real da falta, e, por outro lado, é impossível construir uma escrita sem o outro, sendo ela resultado de muitos encontros e desencontros.

Agradeço à Daniela Chatelard, minha orientadora, que topou estar comigo ao longo deste percurso. Ao grupo de pesquisa, que acolheu minha escrita, tornando esta experiência um pouco menos solitária. Às professoras que compõem minha banca examinadora, por oferecerem seu tempo, leitura e diálogo: à Márcia Maesso, que esteve sempre atenta à minha fala no grupo de pesquisa; à Sandra Francesco, presente nos momentos importantes do meu percurso psicanalítico.

Agradeço à Angela Lobato, minha supervisora e amiga que, com enorme generosidade, fez parte da minha história na psicanálise desde o início. À Maria Ida Fontenelle, minha psicanalista.

Grande gratidão ao colega e parceiro Denilson Melo, com quem aprendi muito sobre a clínica com crianças acolhidas institucionalmente.

À Ana Laura Mazzei e McArthur, pelo carinho com que me receberam como voluntária na Instituição de Acolhimento. À instituição que possibilitou que eu me aproximasse da clínica com crianças acolhidas.

Ao Percurso Psicanalítico de Brasília, meu primeiro espaço de formação e aproximação à psicanálise, e a todos os seus membros, que comigo compartilharam seu percurso, suas produções teóricas e discussões clínicas com muita responsabilidade e ética.

Às e aos colegas de estudo em psicanálise que sempre foram incentivo em face dos desafios desse trabalho e suporte em face das angústias que esse caminho traz. Em especial à Kelen Costa, com sua escuta atenta e delicada, que é hoje uma grande parceira na partilha da psicanálise.

Às minhas amigas de toda uma vida, em especial à Valéria Guimarães, prima irmã, por ser meu porto seguro nos momentos de tormenta, por me proporcionar boas risadas em meio ao caos, e partilhar cada momento de minha vida, me apoiando nas dificuldades e comemorando as minhas alegrias, sempre me oferecendo uma relação pautada no amor.

Ao meu pai.

À minha mãe.

E, por fim, mas não por último, ao meu grande companheiro, parceiro, marido e amor, Raif Jibrán, por sua incansável paciência com minhas horas intermináveis de dedicação ao trabalho e aos estudos. Obrigada por enxergar em mim muitas vezes qualidades que eu dificilmente enxergaria. Obrigada pelo carinho e acolhimento nos meus momentos de desespero. Obrigada por ser sempre tão companheiro, dedicado e cuidadoso. E obrigada por querer estar sempre junto comigo em todas as minhas loucuras.

Resumo

O presente estudo procura a partir da experiência clínica em uma instituição de acolhimento para crianças realizar um percurso que atravessa as questões relativas à constituição psíquica do sujeito, as questões específicas do trabalho clínico com as crianças objeto desta dissertação e os conceitos que dão suporte à clínica psicanalítica, sempre pensando nas particularidades da clínica com as crianças acolhidas institucionalmente. Ele teve como ponto de partida as questões vivenciadas no cotidiano do serviço, as dificuldades para o desenvolvimento das intervenções e os impasses frente à escuta psicanalítica nessa instituição. Um dos pontos que provocou o desejo de analisar essas dificuldades relaciona-se à escassez de pesquisas sobre o tema, principalmente no que se refere ao trabalho do psicanalista inserido nos serviços de acolhimento. O objetivo geral da pesquisa é investigar a clínica psicanalítica nas instituições de acolhimento para crianças, sustentada pela metodologia da psicanálise, e seus efeitos, levando-se em conta as diversas manifestações do sofrimento psíquico das crianças e a singularidade de cada sujeito. Os objetivos específicos são os de conceituar teoricamente a clínica psicanalítica nestas instituições, analisar o sofrimento das referidas crianças, os não-ditos e seus efeitos psíquicos e a condição de estrangeiridade que comparece no discurso de algumas crianças atendidas, bem como propor uma articulação teórico-prática do trabalho do psicanalista inserido nas instituições de acolhimento. Para tal, fez-se necessária uma pesquisa bibliográfica sobre a clínica psicanalítica em instituições de acolhimento, procurando analisar as especificidades das intervenções nesse contexto. A fim de articular o trabalho psicanalítico em uma instituição de acolhimento, recorreu-se às teorias de Freud, Lacan e de autores contemporâneos, uma vez que se trata de uma conceitualização capaz de abrir o campo da intervenção psicanalítica fora do consultório tradicional. A partir

dessa conceitualização, foi possível pensar a técnica psicanalítica apoiada na ética da falta-a-ser e no desejo do psicanalista. No texto sobre a direção do tratamento, Lacan (1958/1998) nos fala que “tudo aquilo que escuto é por ouvir” (p. 622), ou seja, é na radicalidade da escuta que o psicanalista pode operar onde quer que ele esteja. As intervenções se desenvolveram a partir da construção de um dispositivo clínico de escuta, no qual colocar o corpo como empréstimo para que os fenômenos transferenciais pudessem acontecer se mostrou imprescindível, pois o que estava em jogo era a escuta de um sujeito que muitas vezes se encontrava silenciado diante do sofrimento. A clínica psicanalítica em uma instituição de acolhimento se mostrou possível apoiada na ética da psicanálise, já que se sabe que, se o psicanalista renuncia a ela, as ações viram apenas ações, as palavras permanecem palavras e se perde a especificidade do saber do psicanalista.

Palavras-chave: psicanálise, crianças, acolhimento institucional, trabalho de luto.

Abstract

The present study seeks based on clinical experience in a shelter institution for children to carry out a course that crosses the specific issues related to the subject's psychic constitution, specific issues of clinical work with the children who are the object of this dissertation, and the concepts that support the psychoanalytic clinic, always considering the particularities of the clinic with children institutionally. It had as a starting point the issues experienced in the daily life of the service, the difficulties for the development of interventions and the impasses in the face of psychoanalytic listening in this institution. One of the points that provoked the desire to analyze these difficulties is related to the scarcity of research on the subject, especially with regard to the work of the psychoanalyst inserted in the reception services. The general objective of the research is to investigate the psychoanalytic clinic in the shelter institutions for children, supported by methodology of psychoanalysis, and its effects, considering the various manifestations of the psychological suffering of children and the singularity of each subject. The specific objectives are to theoretically conceptualize the psychoanalytic clinic in these institutions, to analyze the suffering of these children, the unsaid and their psychic effects and the condition of foreignness that appears in the discourse of some children assisted, as well as to propose a theoretical-practical articulation of the work of the psychoanalyst inserted in the shelter institutions. For this, bibliographical research on psychoanalytic clinic in shelter institutions was necessary, seeking to analyze the specificities of interventions in this context. In order to articulate the psychoanalytic work in a shelter institution, the theories of Freud, Lacan and contemporary authors were used, since it is a conceptualization capable of opening the field of psychoanalytic intervention outside the traditional office. From this conceptualization, it was possible to think about the psychoanalytic technique based on the ethics of lack-to-be and the desire of the psychoanalyst. In the text about the direction of treatment, Lacan (1958/1998) tells us that

“everything I hear is for the sake of hearing” (p. 622), that is, it is in the radicality of listening that the psychoanalyst can operate wherever he is. The interventions developed from the construction of a clinical listening device, in which placing the body as a loan so that the transference phenomena could happen proved indispensable, since what was at stake was the listening of a subject who was often silenced in the face of suffering. The psychoanalytical clinic in a shelter institution proved to be possible based on the ethics of psychoanalysis, since it is known that, if the psychoanalyst renounces it, actions become only actions, words remain words and the specificity of the psychoanalyst's knowledge is lost.

Keywords: psychoanalysis, children, institutional care, grief work.

Lista de Siglas

ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GDF	Governo do Distrito Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
UNAC	Unidade de Acolhimento
VIJ	Vara da Infância e da Juventude

Sumário

Introdução	17
1 Construindo os Referenciais Teóricos	17
2 Acolhimento Institucional	22
3 Da Clínica à Escrita.....	25
I – Escuta e Resistência: <i>Banzeiro</i>	28
II – A Constituição do Sujeito e o Acolhimento Institucional.....	32
1 Outro.....	32
2 Função Paterna –Nome do Pai– Nominação	35
3 Traço Unário.....	41
4 Identificação.....	42
III – Significados Significantes	48
1 Apátrida.....	48
2 Migrante.....	49
3 Refugiado.....	50
4 Ex-patriado	50
5 Estrangeiro	51
IV – O Conceito de <i>Unheimliche</i> em Freud e Lacan.....	53
V – A Clínica	59
1 Desejo do Analista e as Especificidades da Prática Psicanalítica em uma Instituição de Acolhimento	59
2 Abandono e Desamparo	62
3 Das Memórias Impossíveis à Narrativa do Sujeito	77
4 <i>Lalangue</i> – Uma História em Duas Línguas?	87

5 O Brincar na clínica com crianças	90
6 E Agora José? De José para Antônio.....	94
VI – É Possível Concluir?	100
Referências	103

Introdução

1 Construindo os Referenciais Teóricos

Sob o referencial teórico psicanalítico, o presente trabalho busca analisar as dimensões do sofrimento psíquico e do trauma das crianças que passaram pela experiência de “ex-patriação” –saída da família de origem, seja por entrega para adoção, seja por abandono, seja por retirada em decorrência de ordem judicial–, bem como busca analisar como o trabalho de psicanálise pode ajudá-las na elaboração do sofrimento.

O trabalho que resultou na dissertação foi amplamente sustentado pela metodologia psicanalítica, ou seja, pela escuta, leitura e escrita realizadas com os operadores conceituais da psicanálise, das diversas formas de manifestação do sofrimento psíquico das crianças que passam ou permanecem nas instituições de acolhimento.

Nesse sentido, as intervenções com as referidas crianças se deram a partir da construção de um dispositivo clínico de escuta do sujeito do inconsciente, daquilo que aparecia nas brincadeiras, nos jogos, nos trocadilhos e nos tropeços de linguagem.

A pesquisa a partir do método psicanalítico exige a presença de um psicanalista, enquanto pesquisador, implicado com seu objeto de estudo. Conforme Figueiredo e Minerbo (2006):

O ‘objeto’ e a própria ‘teoria’ passam pelo mesmo processo de transformação sofrido pelo pesquisador ao longo da pesquisa com o método psicanalítico. Indo além, a pesquisa com o método psicanalítico é tanto um momento na história do ‘objeto’ (...), quanto na história do ‘pesquisador’ (...), e as transformações que a pesquisa engendra vão além das relações específicas que estes elementos entretêm ao longo da ‘pesquisa’. O ‘objeto’ —seja um paciente, uma comunidade, uma formação da

cultura, um texto— não sai incólume quando submetido a uma atividade de ‘pesquisa’ deste tipo, que, por outro lado, ‘ele mesmo convocou’ (pp. 260-261).

Sendo assim, é preciso considerar que, enquanto método, a pesquisa psicanalítica não se faz a partir de formatações prontas ou pré-elaboradas, pois o psicanalista é o primeiro sujeito da sua pesquisa, uma vez que ele está totalmente implicado no estudo que realiza. É por isso que o dizer do psicanalista pesquisador e a sua presença no jogo enunciativo fazem parte daquilo que se quer estudar. De acordo com Rosa (2004), o pesquisador psicanalista deve se colocar à disposição das questões que se apresentam como objeto de estudo.

Outro aspecto a ser analisado é que a pesquisa psicanalítica possui como marca fundamental a singularidade de cada sujeito implicado no trabalho, pois é na articulação entre o caso clínico e o lugar do psicanalista que comparece a tensão entre o particular do sujeito e o universal da teoria. De acordo com Vorcaro (2010), o caso clínico não consiste apenas na situação clínica, mas também no exercício subjetivo do ato de relatá-lo. O método envolve o relato de caso em sua singularidade, e é na literalidade da narrativa escrita do caso que é possível reconhecer e distinguir o que há de singular na clínica. A escrita requer do psicanalista um recorte, no qual ele se instaura como autor e responsável por uma leitura do ato clínico. Assim, a escrita adquire função narrativa, na qual a singularidade do caso não concerne apenas à estrutura do analisante, tampouco às suas manifestações sintomáticas, mas ao encontro desencontrado do sujeito com o psicanalista. A escrita mostra que o psicanalista está submetido à clínica e é falado pelo seu escrito.

Sobre a narrativa, Paulon (2017) afirma que ela é uma modalidade de linguagem que articula discurso e história contendo alguns traços específicos (alteridade, temporalidade e exteriorização) que, quando pensados por meio da perspectiva da linguagem da psicanálise, apresentam-se como forma de vinculação e marca da diferença entre o eu e o Outro, organizando temporalmente essa relação. A narrativa, portanto, por meio desse

funcionamento, associa-se ao discurso pela sua relação com o universal, e à história pela sua relação com o particular. Nesse sentido, ela é o motor transformativo do funcionamento da linguagem.

É necessário marcar que uma narrativa não é qualquer fala, tampouco ela é dirigida a qualquer um, pois não basta que seja alguém que se proponha apenas a “dar a palavra”. É preciso que este sujeito suporte os pontos de um não saber, de suspensão ou falha no discurso, e que possa reconhecer que há um enigma que é preciso manter. Trata-se de saber escutar de maneira contingente a ficção que o sujeito construiu sob a forma de mitos para dar conta de um Real, sustentando-se na ética do bem-dizer, no encontro com a palavra a partir da falha, a fim de possibilitar que um sentido particular possa advir.

O trabalho com as crianças que são objeto desta dissertação está, por um lado, vinculado à prática da psicanálise em extensão e, por outro, à prática da psicanálise em intensão. Se a última está ligada à clínica, a psicanálise em extensão refere-se à aplicação da psicanálise em qualquer circunstância na qual o sujeito esteja frente a uma urgência subjetiva que aparece para o sujeito como um impossível de suportar, que é uma das formas como Lacan compreende o Real. Desde Freud, sabe-se sobre a importância de a escuta psicanalítica estar onde os sujeitos em sofrimento se encontram. E isso se dá dessa maneira desde o início, quando Freud deu voz e condição de fala ao sofrimento das histéricas. Diante disso, o trabalho aqui apresentado evoca o que Lacan (1953/1998) fala:

Que antes renuncie a isso [à prática da psicanálise], portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser fazer o eixo de tantas vidas quem nada souber da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que saiba sua função de intérprete na discórdia das linguagens (p. 322).

Na escuta dos sujeitos objeto desta dissertação foi importante pensá-los em face de um intenso sofrimento, considerando o que se constitui como marca para eles. O que caracteriza este trabalho é o fato dele operar na vigência de situações de risco social, risco psíquico, ou até mesmo risco de vida. A escuta do discurso desses sujeitos pode ser da ordem do insuportável, não só pela situação em si, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, é se haver com o horror do estranhamente familiar conhecido pelo próprio sujeito. Segundo Freud (1919/2019, p. 85), “o infamiliar nada tem realmente de novo ou de estranho, mas é algo íntimo à vida anímica desde muito tempo e que foi afastado pelo processo de recalque”.

De acordo com Rosa (2004), no seu artigo “A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos”:

Dessa escuta –principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer– não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária. (...) A escuta psicanalítica supõe, retomo aqui, a presença do outro desejante, em tudo o que ela implica de resistência do analista, usada também como um contorno, uma borda organizadora do gozo sem limites. (...) Quando esse dispositivo se instaura, mesmo nas situações mais adversas, é possível vislumbrar os efeitos de destituição subjetiva e o caráter estruturante e organizador da escuta psicanalítica (p. 344).

Para além dessa questão, é importante considerar que a condução das intervenções, bem como o manejo da transferência na escuta das crianças acolhidas institucionalmente só se fez possível considerando a ética e o desejo do psicanalista. Pois, como falado, o psicanalista deve operar onde quer que esteja, desde que referenciado pela ética e pelos operadores clínicos, tais como a transferência, a repetição, o ato falho etc. É importante considerar que a clínica psicanalítica em contexto institucional convoca a pensar novas

formas de intervenção. Nesse sentido, é preciso diferenciar os limites do modelo de tratamento como conduzido nos consultórios, dos limites da psicanálise como teoria, método, prática e política para a condução das questões que surgem nesse contexto. O que se considera são as diferentes estratégias adotadas frente às manifestações sintomáticas que surgiram, uma a uma, sujeito a sujeito, considerando vários elementos recorrentes em parte significativa das crianças atendidas –a dimensão do medo, do inesperado e do susto, o sentimento de infamiliaridade, de não pertencimento e de desamparo, entre tantos outros, que se poderiam dizer paradigmáticos, isto é, que “não vai do particular ao todo e do todo ao particular, mas do individual ao individual” (Agamben, 2019, p. 36).

Lacan (1953/1998), no texto “Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise”, compreende a experiência psicanalítica como possibilidade de se tomar a palavra a fim de recontar uma história, pois a lógica temporal do trabalho de psicanálise não é linear. Um passado é historicizado no presente e renovado a cada relato. Em lugar de rememorar, construir; em lugar de lembrar, escrever. Para ele, é assim que o sujeito pode advir, sendo sua existência não precedente à linguagem, mas decorrente dela, tendo em vista que não existe realidade pré-discursiva. Em vista disso, no trabalho com as crianças acolhidas, diante de um não saber sobre suas histórias, a construção de um mito para que o sujeito pudesse se colocar como sujeito do desejo se mostrou de extrema importância.

Por fim, no trabalho de psicanálise, escutar implica sustentar um lugar de aposta no saber que se produz pela palavra no encontro com um outro, saber que se encontra do lado do sujeito que fala e que ele não sabe que o tem. Para que isso aconteça, é necessário possibilitar ao sujeito que ele queira endereçar algo ao psicanalista. Sobre isso, Lacan (1959-1960/1997), no Seminário 7, intitulado “A ética da psicanálise”, nos diz que: “o analista deve pagar algo para ocupar sua função. Ele paga com palavras –suas interpretações. Ele paga com sua pessoa, pelo seguinte –pela transferência ele é literalmente despossuído dela” (p. 349).

Para que isso fosse possível no trabalho nas instituições de acolhimento, a psicanalista precisou colocar o corpo em cena e pagar, para além das suas palavras, com seu corpo como empréstimo aos fenômenos transferenciais. Nesse sentido, como já falado, as intervenções com as referidas crianças se deram a partir da construção de um dispositivo clínico de escuta, escuta do sujeito do inconsciente.

2 Acolhimento Institucional

Em conformidade com o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Conanda) e com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Brasil, 2009), a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes das classes populares remonta do início da colonização brasileira. Conforme Rosa (1999a), a questão da criança abandonada vem da época do Brasil Colônia. Durante o século XVIII, coube às instituições não governamentais o cuidado destas crianças. O modelo institucional na década de 30 e 40 foi o internato. Já nos anos 20, o Estado passa a se responsabilizar socialmente pela questão da infância, visando protegê-la. Assim, apesar de vários estudos terem demonstrado as graves consequências da institucionalização prolongada para o desenvolvimento psicológico, afetivo e cognitivo de crianças e adolescentes, ainda está profundamente enraizada em nosso país a ideia de que a institucionalização de longo prazo protege essas crianças, além de proteger a sociedade de sua presença incômoda.

A Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. Esta foi a primeira legislação com a doutrina de proteção integral na América Latina a se inspirar na Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1979, e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989. Foi apenas com a promulgação do ECA que crianças e

adolescentes passaram a ser entendidos como sujeitos de direito e o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Brasil, 1990, Art. 101, § 1º), apenas nos casos em que a situação represente grave risco à integridade física e psíquica da criança ou do adolescente. O ECA assegurou, prioritariamente, o direito de crianças e adolescentes à convivência na família de origem e, excepcionalmente, na família substituta (Brasil, 1990, Art. 19).

Uma criança, ao ser retirada da sua família de origem, se depara com o novo e o desconhecido, seja na instituição de acolhimento, seja na família substituta. Ela, necessariamente, precisará renunciar ao que lhe é familiar e entrar em um mundo que irá lhe exigir novas representações. Mudar de *pátria* representa ressignificar o familiar e se deparar com inúmeras perdas, inclusive a perda de objetos imaginariamente confiáveis. Para que isso possa se dar, é necessário que ela vivencie o luto e o desamparo. Toca-se aí o lugar do perigo, da perda do sentido.

A partir da chegada da criança ou do adolescente na instituição de acolhimento, faz-se necessário um trabalho de acolhimento e de escuta psicológica, pois é um momento em que o Real comparece trazendo angústia e sofrimento para estes sujeitos. Ao realizar a escuta de algumas crianças nesse contexto, aparecem em seus discursos as dificuldades de adaptação a uma nova realidade familiar ou institucional. Elas indicam que esse sofrimento, ainda que de modo singular a cada uma, diz respeito às perdas e às dificuldades em relação à experiência de saída de sua família de origem.

De acordo com o ECA, deve haver um esforço para a reintegração à família de origem ou extensa quando uma criança é acolhida institucionalmente. A partir do momento em que é considerado que a volta à família biológica é inviável, a adoção se apresenta como alternativa para garantir o direito da criança à convivência familiar. Isto é, uma criança somente será

inserida no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) quando todas as possibilidades de reinserção familiar estiverem esgotadas.

Na nova lei de adoção, Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, em que se encontram as alterações realizadas no ECA em 2009, está determinado que é dever da equipe técnica da instituição fazer a preparação psíquica de cada criança encaminhada para adoção. É importante, neste momento, convidar a criança a falar, pois a dor da perda e o luto das crianças e adolescentes muitas vezes são silenciosos, e outras vezes são silenciados.

Rosa (2018) aponta que a apatia e o emudecimento temporários destes sujeitos podem significar um modo de resguardo ante à posição de resto na estrutura social, além de encobrir a possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar formas sintomáticas ao que foi vivido como traumático.

Do sentimento do *Unheimliche*, da situação de angústia de que fala Freud, à retomada de uma via desejante, é necessário um luto. Para isso, é preciso procurar saber sobre os elementos de uma história perdida numa experiência forçada, a da saída da família de origem.

Além do trabalho psicológico que deve acontecer a partir da entrada da criança no serviço de acolhimento no período que antecede o início do processo de adoção, existe a necessidade de se preparar a criança a fim de que ela possa fazer seus lutos e se abrir para novos vínculos afetivos. A transição da criança do abrigo para a família adotiva pode promover o reviver das histórias de vínculos e separações. Sabe-se que, para a psicanálise, toda relação com o Outro é faltante e da ordem do enigmático, da estranheza, tanto do sujeito consigo mesmo quanto com o Outro. Isso ocorre na medida em que o sujeito apreende o Outro como aquilo que, em seu discurso, se apresenta como falta, como enigma –*Che vuoi?*–, como o que “não cola” (Lacan, 1964/1993, p. 209). Este momento no qual “o Outro se encontra sobre o golpe da mesma finitude” do sujeito, momento em que ele é “fraturado”, pode ser entendido como o instante no qual o sujeito se depara com um impossível (Lacan,

1966-1967/2008, p. 197). Pensando neste momento de separação constituinte do sujeito, podemos dizer que a saída da família de origem é uma experiência que pode provocar a reedição desta separação primeira, assim como a do desamparo original, colocando a perda do lugar de pertencimento e das representações familiares em evidência.

3 Da Clínica à Escrita

Da clínica à escrita, havia um longo caminho a percorrer.

Escrever era uma maneira de reagir a uma impressão de diluição, de vazio. Escrever já me havia permitido encontrar um remédio para os momentos aos quais eu me sentia desmoronando como uma nuvem. (...) Eu escrevi por necessitar de condensação. (...) Escrever me impedia de me sentir e de ver o mundo como um monte de areia.

Escrever era necessário para me permitir colocar o pé sobre uma terra firme, para escapar deste suspense ambiente, para lutar internamente contra a fragmentação que ameaça de todos os lados –barulho incessante das desgraças do mundo, falsa compreensão por um excesso de explicações–, contra esta ausência crescente de sínteses (Autréaux, 2018, pp. 07-13, tradução livre).

A fim de reagir ao sentimento de impotência diante do “barulho incessante das desgraças do mundo”, foi necessário escrever; escrever como tentativa de simbolização, como inscrição, como transcrição da angústia diante da “falsa compreensão por um excesso de explicações” que nada diziam. Era necessário rememorar e criar, criar uma ficção, preenchendo lacunas diante do impossível de um Real que insistia em não se inscrever. Assim, construir uma narrativa, algo da ordem de uma ficção, parecia ser um caminho possível para dar sentido ao vivido.

Schneider (1990), em seu livro “Ladrões de Palavras”, diz que “escrever é tornar sua a linguagem” (p. 45). E é desse modo que, a partir da execução da escrita, o sujeito, ao escolher

um significante a outro, vai chegando àquilo que diz respeito à sua singularidade. Como em um trabalho de análise, por meio da escrita é possível ao sujeito rememorar a sua história, preencher lacunas e restabelecer uma suposta ordem. Ela nos fala que um texto é “feito de fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários” (p. 15). Além disso, ela se pergunta: “de que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo (se é que se pode dizer assim) formando uma ficção que se chama o eu” (p. 15).

Com falado, assim como na análise, o processo de construção de uma história nunca se dá linearmente. Trata-se de uma ação continuada que vai e volta, que se transforma não apenas em função das lembranças, como também em função das transformações pelas quais o sujeito passa a partir das diversas experiências e identificações ocorridas ao longo da experiência vivida.

Portanto, esta dissertação procura a partir da experiência clínica realizar um percurso que atravessa as questões relativas à constituição psíquica do sujeito, as questões específicas do trabalho clínico com as crianças objeto deste estudo e os conceitos que dão suporte à clínica psicanalítica, sempre pensando nas particularidades da clínica com as crianças acolhidas institucionalmente e os seus impasses.

No primeiro capítulo, realiza-se uma retomada histórica do que levou a psicanalista ao trabalho com as crianças acolhidas institucionalmente, traçando um percurso sobre como o cuidado das crianças se dava e como ele passou a acontecer a partir do trabalho realizado.

No segundo capítulo, situa-se a especificidade dos processos constitutivos do sujeito, momento em que serão abordados alguns conceitos centrais a fim de se pensar esse tempo.

No terceiro capítulo desta dissertação, volta-se o olhar para alguns significados, chamados significados significantes, que serão postos em questão no correr da discussão.

No quarto capítulo, apresenta-se o conceito de infamiliar em Freud e Lacan, bem como a sua interlocução com a clínica com as crianças em acolhimento institucional.

No quinto capítulo, ao se analisar a clínica com estas crianças, aborda-se alguns aspectos específicos deste trabalho a partir da questão do desejo do analista. Perpassaram-se conceitos como: o sentimento de abandono e desamparo e suas consequências psíquicas; a questão do indizível à narrativa do sujeito; o efeito do brincar na clínica com crianças; e, por fim, a questão da nomeação. Referidas questões, intrínsecas a esta clínica, foram articuladas a fim de pensar sobre as possíveis contribuições da prática psicanalítica com estas crianças.

Enfim, para finalizar, coloca-se a seguinte pergunta: é possível concluir?

I – Escuta e Resistência: *Banzeiro*

A escuta das crianças acolhidas institucionalmente muitas vezes é da ordem do insuportável. Deparar-se com crianças confrontadas com situações de desamparo, dor, humilhações, maus-tratos é, conforme Rosa (1999a), no seu artigo “O discurso e o laço social nos meninos de rua”, levantar o recalque que promove a distância social e que permite aos sujeitos conviverem, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos com o outro miserável. Este trabalho se mostrou um caminho sem volta, significou desistir da posição de inocência e de ignorância sobre as misérias do outro. Dessa escuta não se sai ilesa.

Citando Brum (2021), no seu livro “*Banzeiro* Òkótó, uma viagem à Amazônia centro do mundo”,

Banzeiro é como o povo do Xingu chama o território de brabeza do rio. (...) É um lugar de perigo entre o de onde veio e o aonde se quer chegar. (...)

Banzeiro é aquele que é. E só é onde é. Desde que me mudei para a Amazônia, em agosto de 2017, o *banzeiro* se mudou do rio para dentro de mim. Não tenho fígado, rins, estômago como as outras pessoas. Tenho *banzeiro*. Meu coração, dominado pelo redemoinho, bate em círculos concêntricos, às vezes tão rápido que não me deixa dormir à noite.

(...) Não aconteceu de repente. Foi acontecendo. Ainda acontece. Nunca mais vai parar de acontecer, acho (...) (pp. 09-10).

Tudo começou com uma visita a uma instituição de acolhimento de crianças. Ao chegar, a fala de uma das cuidadoras chama a atenção: “não pode pegar os bebês no colo porque eles ficam manhosos”. Tal fala provocou grande angústia na psicanalista, que ficou se perguntando: será que o cuidado com os bebês funciona como uma linha de montagem? Berço, mamada, higiene, bebê “des-conforto”, berço, e assim se passam os dias?

Era preciso fazer algo com a angústia. Foi quando a psicanalista decidiu disponibilizar parte do seu tempo trabalhando como voluntária no abrigo.

Muita coisa a ser feita! E o *banzeiro* tomando conta do corpo. Ao trabalho!

É importante observar que há algumas condições para que o trabalho de psicanálise num abrigo se sustente: permitir uma transferência de trabalho que focalize projetos comuns, estabelecer laços que não representem ameaça aos lugares pré-estabelecidos, e sinalizar uma nova direção possível de trabalho. Nas intervenções na instituição de acolhimento, inicialmente, os profissionais foram convidados a reverem os lugares de cada um, os discursos e as relações entre eles e com as crianças acolhidas. A partir da análise da atenção dispensada aos bebês pelas cuidadoras, do modo como os bebês eram cuidados, as profissionais foram convidadas a caminharem numa reflexão sobre os lugares possíveis que o adulto cuidador pode e deve ocupar para um bebê.

Isso significou pensar que o espaço institucional precisa ultrapassar os elementos puramente imaginários de um local limpo, com cuidados assépticos, cumprimento de rotinas e horários. Isso tudo é importante, mas é necessário considerar que aqueles que se ocupam dos bebês precisam assegurar a existência e a permanência da palavra e do discurso na relação com eles, pois são agentes da constituição do sujeito.

Paralelamente, iniciou-se o atendimento psicanalítico com as crianças mais velhas. Por meio da escuta das suas tintas, das suas brincadeiras e das suas falas, suas angústias, seus medos, seus silêncios e desejos foram aos poucos surgindo, devagarinho, de mansinho, como se antes não lhes fosse autorizado falar. Mas, como falar se não há quem se disponha a escutar? Quando há desqualificação de seu discurso? Freud (1905/2020) trouxe a ideia de que uma palavra só se torna palavra quando alguém a ouve. Assim, o destino de uma palavra está mais no ouvido daquele que a ouve do que na boca daquele que a emite. Portanto, é

importante salientar que no trabalho psicanalítico com crianças, é preciso antes de tudo se colocar disponível para ouvir o que elas têm a dizer.

Sobre isso Rosa (2018), no seu livro “A Clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento”, pontua que sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia, sendo lançado à falta de sentido e, com isso, à dificuldade dele mesmo reconhecer seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Para ela, essa condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática e o remete à angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática do sujeito.

Será que é possível, de antemão, imaginar a situação de desamparo das crianças acolhidas? Aleksievitch (2018), no seu livro “As últimas testemunhas: crianças na segunda guerra mundial”, traz o relato de uma menina que tinha quatro anos quando a guerra aconteceu:

Não gosto de lembrar ...

Se eu perguntasse a todos: o que é a infância? Cada um diria algo próprio. Mas para mim a infância é mamãe, papai e bombons. Por toda a infância eu queria mamãe, papai e bombom. (...)

Mas mamãe e papai eu não achei. Nem meu sobrenome verdadeiro eu sei. Me encontraram em Moscou, na estação Sêverni.

- Como você se chama? - perguntaram no orfanato.

- Marinotchaka.

- E o sobrenome?

- O sobrenome eu não lembro...

Anotaram Marina Sêvernaia.

Queria comer o tempo todo. Mas queria ainda mais que alguém me abraçasse, fizesse carinho. Mas havia pouco carinho ao redor (...) Eu estava andando pela rua...

Adiante, uma mãe levava seus filhos. (...) Eles sentaram no banquinho e ela pôs o menor nos joelhos. Eu fiquei parada, parada. Olhando, olhando. Me aproximei deles: ‘Tia me põe no colo?’ Ela se espantou.

E eu pedi de novo: ‘Tia, por favor...’ (pp. 65-66).

A saída da família de origem é traumática e deixa rastros a serem elaborados. Daí a proposta deste trabalho psicanalítico com estas crianças a fim de que cada uma, de maneira singular, pudesse colocar em palavras suas histórias. Do *banheiro* ao ato ético, a psicanalista sabia desde o início que seria uma aposta que sustentaria sozinha, comprometida com o desejo do analista e ciente de que não existe um Outro para aliviar o risco da sua escolha. Assim, sua proposta no abrigo foi aliar a teoria à prática psicanalítica no atendimento das crianças acolhidas a partir da ética da psicanálise, na forma de uma escuta singular de um sujeito em sofrimento.

II – A Constituição do Sujeito e o Acolhimento Institucional

1 Outro

Para Lacan (1964/1993, p. 122), “o inconsciente é a soma dos efeitos da fala, sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante”. Isso deixa claro que a noção de sujeito, para Lacan, se encontra articulada à linguagem. Isto é, de acordo com a teoria lacaniana, as crianças nascem antecidas por uma bateria significante que é compartilhada pela sociedade, pelo grupo de pertencimento, pela família. Em relação a esse ponto, ele nos fala que, como sujeito, dependemos do campo do Outro, que já está lá antes de o sujeito vir ao mundo e cujas estruturas circulantes nos determinam como sujeito. Nesse sentido é, portanto, o discurso do Outro que funda o sujeito.

Freud, em momentos importantes da sua obra, aponta para a importância da relação mãe-bebê como fundamental para a estruturação do sujeito. Para ele, o bebê nasce inacabado, tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista psíquico. Por essa razão, o bebê necessita de um Outro assegurador que venha auxiliá-lo neste estado de desamparo primordial. É importante considerar que essa dependência do Outro é estrutural e estruturante para o sujeito. Para designar esse Outro imprescindível da relação primordial, Freud (1985/1969) empregou o termo alemão *nebensmensch*, que também se traduz em francês por “próximo”, “prestativo”. Esses dois termos têm cada um uma definição própria. Inicialmente, “próximo” se trata do próximo no sentido de semelhante. Porém, o fato de ser um semelhante não é suficiente. Ele deve também ser “prestativo”, isto é, ele deve ser portador do desejo de sobrevivência do recém-nascido. Isso porque, como já dito, o bebê é prematuro, sendo a relação primordial e fundante com a mãe, ou com quem exerça esta função, o momento em que ele tem as suas primeiras experiências e encontra, a partir daí, as bases para a

estruturação do seu psiquismo. Neste primeiro momento, a mãe é o representante do mundo e vai, aos poucos, oferecendo-o em pequenas doses ao bebê que acaba de chegar.

É preciso que haja uma suposição de sujeito na constituição subjetiva do bebê, o que implica ser necessário que o agente materno –Outro– interprete o grito do bebê –demanda de necessidade, como um apelo –demanda de amor–, transformando-o em significante, assim inserindo-o em uma cadeia de linguagem, atribuindo-lhe um sentido. Ou seja, a mãe, ao ouvir seu bebê gritar, toma este grito como um apelo e, por ser um apelo, deixa o campo da necessidade e passa para o campo da demanda.

É importante considerar que a mãe organiza suas respostas graças à sua capacidade de projetar sobre o bebê seus desejos. Porém, a troca entre eles apenas ocorrerá se a resposta do bebê –recusa, por exemplo– for ouvida pela mãe. Isto é, se, para além do seu próprio desejo, a mãe se mostrar capaz de supor ali um sujeito, um sujeito do desejo. Neste sentido, pode-se afirmar que o sujeito desejante somente pode advir a partir da impossibilidade de o Outro atender a sua demanda, ou melhor dizendo, é preciso que haja um desencontro entre o que o bebê demanda e o que a mãe, como Outro, oferece. Assim sendo, de acordo com Lacan, há um vazio que funciona como suporte da demanda, ou seja, que a faz existir. Como Lacan (1961-1962/2003) diz, “para que a demanda seja demanda, a saber, que ela se repita como significante, é preciso que ela seja decepcionada. Se não o fosse, não existiria suporte para a demanda” (p. 352).

Ao pensarmos em função materna, é preciso que nos perguntemos como isso opera numa instituição de acolhimento, se podemos pensar em ausência materna, de que ausência se trata e se é possível à instituição, encarnada nas suas cuidadoras, exercer esta função, como suplência das funções parentais. Sabemos que não se trata apenas da presença física, mas também da presença simbólica, que são decisivas na constituição do sujeito. Para a psicanálise, não se trata de suprir a ausência de uma mãe, mas, sim, de uma função. O

exercício da função materna não se restringe aos cuidados essenciais com o bebê. Ele precisa ser capturado pelo desejo de quem exerce esta função. Para Lacan (1969/2003), a transmissão subjetiva se opera pelo viés de um investimento libidinal particularizado advindo de um Outro, cujo desejo não é anônimo. É assim que se erotiza o corpo biológico e se inaugura o campo das primeiras marcas e representações.

Como falado, para que um sujeito do desejo possa advir é preciso que um Outro, como função, suponha um sujeito ali; que ele alterne presença e ausência, numa descontinuidade simbólica que permita ao bebê se organizar; que estabeleça a demanda e que suponha um pai, como função paterna. Esse importante momento da constituição psíquica nos leva a considerar que, quanto mais precoce é a separação de uma criança do Outro e o seu encaminhamento para uma instituição de acolhimento, mais dramático poderá ser seu processo de constituição subjetiva. Percebemos que bebês acolhidos em instituições pouco atenciosas, em que as cuidadoras dão respostas anônimas ditadas por horários ou respostas aleatórias, isto é, que não interpretam o grito do bebê como um apelo a elas dirigido, podem encontrar dificuldades em se situar no campo do apelo.

Embora não possamos desconsiderar a importância de uma instituição no acolhimento das crianças retiradas das famílias de origem por maus-tratos, abandono etc., é necessário analisar de que modo um “Outro institucional” pode exercer a função materna que seja menos prejudicial para a constituição subjetiva de uma criança. Em vista disso, é importante pensar que as cuidadoras têm um papel fundamental na vida dos bebês. Tendo isto em vista, é necessário que os profissionais que se ocupam dos bebês percebam sua função como essencial para a constituição subjetiva das crianças que estão sob seus cuidados, e que possam ocupar para estes sujeitos o lugar de grande Outro.

A fim de pensar sobre como este trabalho pode se dar, trazemos como exemplo o método de Lóczy (Farbman, 2014). Fundado em 1946 e dirigido por Emmi Pikler, o Instituto

Lóczy foi uma instituição de acolhimento de crianças órfãs de Budapeste, Hungria. Um de seus postulados diz que quem se ocupa do bebê deve lhe dar uma atenção particular, tendo o dever de se dirigir à criança sem cessar, explicando-lhe o que se vai fazer. Tal concepção supõe uma criança já inserida na linguagem, e que, ao nos dirigirmos ao bebê, estamos lhe emprestando palavras, supondo a existência de um sujeito tal como a mãe o faz ao se dirigir ao seu bebê.

Podemos, também, afirmar que o trabalho precisa se dar a partir da singularização do laço, o que significa preservar a repetição de uma sequência de cuidados do bebê de maneira singular com cada um, ofertando à criança um lugar singular. O ritmo e a repetição, importantes na constituição de todo sujeito, não podem ser sinônimo de gestos automáticos da cuidadora. Mesmo que se trate de um trabalho coletivo, já que são vários bebês a serem cuidados, a especificidade do laço com cada um deles precisa ser respeitada, e o laço que cada cuidadora estabelece com cada um dos bebês precisa ser único.

2 Função Paterna –Nome do Pai– Nominação

Como já falado, o bebê, ao nascer, é parte integrante da fantasia materna e é enredado nessa fantasia na qual é confundido com o objeto perdido –o falo. O bebê, ao assumir o valor de falo, é tomado como objeto do desejo da mãe. Diante disso é preciso que o pai, como Nome-do-Pai, faça operar a lei a fim de que a mãe fique impedida de fazer da criança unicamente seu objeto de gozo, isto significa que o pai, como agente, faça operar a castração, uma função essencialmente simbólica concebida exclusivamente na articulação significante. O objeto da castração é o falo imaginário (Lacan, 1969-1970/1992). A castração produz um enigma referente ao objeto fálico, um não saber sobre quem é o pai, pois o conhecimento deste é referenciado a partir do saber do desejo da mãe. Portanto, para que essa operação possa se dar, é preciso que o pai esteja presente primeiramente no discurso materno. Só assim

ele pode comparecer como um significante operador estrutural na medida em que surge como puro efeito de linguagem.

Sobre a função do pai na castração, Lacan (1969-1970/1992) nos traz que:

Aqui o mito não poderia ter outro sentido a não ser aquele ao qual o reduzi, o de um enunciado do impossível. Não poderia haver ato fora de um campo já tão completamente articulado que aí a lei não tivesse seu lugar. Não há outro ato a não ser o ato que se refere aos efeitos dessa articulação significante (...).

Será então que a função do pai real procede da natureza do ato, no que se refere à castração? (...)

Eis o nível do termo [agente] em que convém considerar o que cabe ao pai real como agente da castração. O pai real faz o trabalho da agência-mestra (p. 132).

Portanto, a castração é uma operação real introduzida pela incidência do significante na relação do sexo e determina o pai como um real impossível. Ela parcializa o gozo em gozo fálico, que é, em si mesmo, uma delimitação do gozo em geral, inserindo o sujeito em uma cadeia de desejo, o que possibilita que ele advenha como sujeito desejante. Falando de outro modo, a castração, como operação, liga o sujeito ao desejo e à lei. O pai é puro significante que marca uma falta no Outro, uma falta de saber e de gozo. Desse lugar, dá ao bebê o seu enunciado, implicando o desejo como causa desse sujeito, interditando a relação mãe-filho, retirando-o da posição de quem nada sabe sobre o desejo. Portanto, o pai real, encarnado, pautado pelo desejo, é aquele que se encarrega de dar sustentação como incógnita à história para seu filho, história que constitui o sujeito como desejante. Dessa forma, a função e o lugar do pai fazem toda a diferença na historicização do desejo, fundamental na constituição do sujeito.

Isso posto, contrariamente ao proposto por Freud, no sentido de que a castração coloca obstáculo ao gozo sexual, Lacan afirma que é porque somos castrados que temos

acesso ao registro desse gozo. Logo, o significante fálico introduz uma divisão do gozo pois, ao mesmo tempo em que proíbe um gozo infinito, ele é também responsável por permitir o acesso ao gozo sexual.

Partindo do que foi apresentado até aqui, podemos dizer que entrar na linguagem é entrar em redes significantes já submetidas às leis da história, da cultura e de uma novela familiar específica, produzindo uma marca de pertença. Isto é, o nome inscreve o sujeito em uma linhagem, em uma cultura, em uma lei, porta um discurso que o antecede e que o inscreve em uma escrita, funcionando como marca inicial que especifica o sujeito.

Azevedo (2001), no livro “A metáfora paterna na psicanálise e na literatura”, fala que: Em consonância com a definição que Aristóteles nos dá da metáfora, podemos pensar o Nome-do-Pai como ‘a aplicação de um nome alheio’ à barreira que faz a clivagem entre significante e significado e articula a própria estrutura da linguagem. Sobretudo, o Nome-do-Pai adequa-se também ao comentário valorativo de Aristóteles: (...) ‘para se construir boas metáforas é necessário se aperceber das semelhanças’ (pp. 60-61).

A partir do que a autora aponta, podemos afirmar que uma função importante do nome próprio é circunscrever o sujeito ao grupo. Ou seja, o nome funciona enquanto operador classificatório, e é o pai o progenitor do nome e, por isso, tem a função de inscrever o sujeito em uma família, raça ou geração, sendo o pai o proprietário do nome, detentor e doador do nome próprio. Portanto, o nome próprio é um nome que é dado e que não pode ser isolado como parte do discurso fora da função, do uso que o define. Assim sendo, o Nome-do-Pai pode ser visto como uma metáfora para a organização e a transmissão dos bens simbólicos e materiais em uma comunidade em torno da linhagem paterna.

Azevedo (1999), no artigo “Entre týche e autómaton: o próprio nome de Édipo”, afirma que nome e *génos* se entrelaçam, revelando uma outra dimensão importante do nome próprio elaborada por Lévi-Strauss (1962/1970, p. 200), que afirma que “devemos estabelecer

que os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as para termos de outras significações”. Com isso, a autora nos traz que o nome próprio, enquanto significante, percorre o eixo paradigmático, acumulando um “a-mais” de sentido. Isto é, que a articulação do nome à família faz emergir a dimensão metafórica do nome, no sentido de um precipitado de significações que são transportadas através das gerações. Segundo Lacan (1961-1962/2003), ele é o mesmo em qualquer parte do mundo, por ser o nome próprio singular e sem tradução, por ter ele relação com o significante em estado puro. A fim de exemplificar, ele fala: “eu me chamo Lacan em todas as línguas e vocês também, cada um por seu nome (...) é aqui que reside a propriedade muito particular do nome, do nome próprio na significação” (p. 101).

A partir disso, Lacan (1964-1965/2022) continua, afirmando que:

Não é como indivíduo que me chamo Jacques Lacan, mas como alguma coisa que pode faltar, mediante o que esse nome vai em direção (...) de recobrir uma outra falta. (...) ele é feito para ir preencher os buracos, para lhe dar sua obturação, para lhe dar seu fechamento, para lhe dar uma falsa aparência de sutura (p. 89).

Neste sentido, o nome próprio seria o responsável por dar um mínimo de ancoragem para o sujeito, fundamentalmente faltoso. Por isso, podemos falar que há algo que não está dado no nome próprio, que requer um trabalho de interpretação. Como sugere Lacan, ao nome se entrelaça um trabalho de leitura que implica uma tomada de posição por parte do sujeito, pois o nome próprio contém uma margem de indeterminação que não dispensa o sujeito da obrigação de, sobre ele, produzir uma leitura singular. É nesse sentido que Lacan (1964-1965/2022) diz que o nome próprio cumpre a função de implicar o sujeito em seu desejo.

Como falado, o pai, como significante e metáfora, nomeia a lei do desejo, relacionando-o à castração e inscrevendo o sujeito na significação fálica. O pai, portanto,

comparece como um operador estrutural na medida em que surge sob a égide do significante, como puro efeito de linguagem.

Em relação às instituições de acolhimento, como podemos pensar a questão do Pai como Nome do Pai, como um nome que tem eficácia como função? Consideramos que a própria instituição de acolhimento pode fazer esta função no sentido de que, apesar de a instituição ser um espaço público, ela se singulariza a partir da função dos seus técnicos, que poderão/deverão estar aí em nome de um Outro. É necessário considerar que a instituição precisa comparecer como autora nos tempos constitutivos da criança, cabendo-lhe ocupar o lugar de terceiro na vida desta criança. Como falado, o Pai comparece como um operador estrutural na medida em que surge sob a égide do significante e, portanto, como puro efeito de linguagem. Seguindo com Lacan (1971/2009, p. 168), ele afirma que “o que é nomeado Pai, o Nome do Pai, se é um nome que tem eficácia, é precisamente porque alguém se levanta para responder”. Ou seja, na instituição de acolhimento, alguém deve se ocupar desta função, dando-lhe corpo, para que ela tenha eficácia.

Sobre a questão da nomeação, Freud busca, por meio do nome, a origem e a filiação. Lacan desenvolve um percurso teórico por meio da análise dos mitos desenvolvidos por Freud em “Totem e tabu” e em “Moisés e o monoteísmo: três ensaios”. Para Lacan (1961-1962/2003), o assassinato do pai primevo, em “Totem e tabu”, é constitutivo da adoção de um nome, de ideais e de leis por um povo. Em “Moisés e o monoteísmo: três ensaios”, Lacan (1974-1975/1975) aponta para a estrangeiridade e a diferença do fundador da comunidade judaica como traço distintivo que precisa ser lido, interpretado e traduzido no processo identificatório.

Segundo Lacan (1961-1962/2003), em “Totem e tabu”, Freud elabora uma teoria sobre a origem do laço social fundada no mito da horda primitiva. Nesse mito há um pai tirano que exerce o monopólio e interdita aos seus filhos o acesso ao gozo. Como gesto de

retaliação, os filhos se voltam contra o pai, matando-o, ingerindo o seu corpo na tentativa de incorporação da potência do objeto assassinado. Contudo, ao contrário desse gesto garantir acesso ao gozo, é estabelecido, em seu lugar, um sistema social regido por leis instituídas após a morte do pai. A partir disso, o totem passa a simbolizar a lei por meio da morte do pai e sua conservação como nome que organizaria classificações genealógicas. Por sua vez, o tabu vem para substituir o poder da autoridade do pai da horda primitiva pela lei impessoal. Isto é, a partir deste mito, vemos formular-se em Freud uma teoria da nomeação fundada pelo ato parricida. Nesse mito, o ato é, pois, condição fundante do nome. Porque houve o assassinato, há uma nova ordem e um novo clã, nomeado pelo pai assassinado.

Para Lacan (1974-1975/1975), Freud, em “Moisés e o monoteísmo: três ensaios”, aponta para outra forma de enlaçamento social, cujo ponto central diz respeito à estrangeiridade do fundador da comunidade judaica. Aqui é apontado que a comunidade judaica teria como fundador um estrangeiro, e o monoteísmo se iniciaria sob o domínio de um não-judeu. Em outros termos, foi a partir do traço deixado por um estrangeiro que foi possível a releitura da história constitutiva do povo judaico. Dessa forma, segundo Guerra e Andrade (2019),

o Moisés apresentado por Freud como uma figura estrangeira se mostra irreduzível a uma identificação imaginária, visto que sua língua materna, seus traços físicos e biográficos não permitem nenhum tipo de relação especular com o povo ao qual ele se endereçava e que, posteriormente, se tornaria seu povo (p. 110).

Portanto, o que se transmite são traços que tornam impossível uma coesão identitária em torno de uma unidade narcísica. Nesse sentido, segundo Safatle (2015), trata-se de “uma aposta no que só existe como traço” (p. 133). Há, portanto, nesse ponto, a assunção de uma nova teoria do nome como invenção, como nome próprio que sustenta a impossibilidade de

seu fechamento ou de sua significação última. Constata-se, portanto, uma passagem teórica na teoria lacaniana quanto à teoria da nomeação, que passa do ato à invenção.

Em síntese, o nome próprio não pode ser tratado a partir da definição e dos atributos de um significante qualquer, tais como a arbitrariedade e a convencionalidade, nem como sentido unificado. O nome próprio se diferencia de um significante exatamente por portar, em seu avesso, um campo vazio de significação.

No Capítulo IV será analisada a questão da nomeação em relação às crianças acolhidas institucionalmente.

3 Traço Unário

É importante considerar que só há sujeito a partir do momento em que ele se nomeia, e que a nomeação acontece a partir da leitura do traço unário enquanto pura diferença. Por isso, podemos dizer que há uma relação entre o nome próprio, o sujeito e o traço unário. Em outras palavras, é a partir da marcação do sujeito pelo traço unário que ele pode se identificar com o objeto que julga faltar ao Outro. Segundo Lacan (1961-1962/2003), no Seminário 9, intitulado “A identificação”, existe um menos a no mundo, há um objeto que falta a seu lugar. Lacan trabalha a noção de traço unário relacionando-a a duas dimensões. A primeira delas se refere ao significante, na qual o traço unário aparece como suporte de todo significante. A segunda é a dimensão do objeto, em que a função do traço se refere a algo do objeto que o traço retém, que é justamente a sua unicidade. Em sua relação com o significante, o traço não é a marca da singularidade exclusiva de cada um deles, mas, sim, o que há de compartilhado entre os significantes de uma cadeia. O que há de comum entre eles é justamente o fato de serem definidos por sua diferença em relação aos outros. O traço diz respeito ao que há de invariável. Cada significante, em sua singularidade, é diferente e pode ser substituído por outro, de modo que ele adquire sua essência singular a partir da diferença

que estabelece com os outros significantes. Ao mesmo tempo, cada um deles possui a característica comum de ser um significante, e isso os universaliza, tornando-os elementos de um conjunto de significantes. O que os significantes têm em comum é, paradoxalmente, o que eles têm de mais singular. A diferença é o que os caracteriza enquanto únicos, mas é também o que os caracteriza enquanto semelhantes, ou seja, o que os torna comuns é o fato de serem, cada um na sua singularidade, diferentes (Lacan, 1961-1962/2003).

Contudo, é o traço unário que permite que o significante funcione como diferença, porque o significante só pode ser definido como diferente pelo contraste que ele estabelece com algo que é não diferenciado, que é invariável. Sendo assim, para que seja possível que o sujeito seja representado pelo significante, que é pura diferença, é preciso que haja algo que permanece insubstituível, dotando-o de certa consistência, ainda que aparente. O traço unário, além de ser um suporte do significante, é um caractere despersonalizado, sem conteúdo, que traz a marca do que permanece o mesmo no objeto ao qual ele se refere. Tal parece ser a relevância do traço unário do ponto de vista da constituição subjetiva. É em relação a ele que Lacan vai aprofundar a questão da identificação.

4 Identificação

A identificação, um eixo central na teoria psicanalítica, é considerada como processo de causação do sujeito. No Seminário 9, intitulado “A identificação”, Lacan (1961-1962/2003) recorre a diversos campos de saber a fim de trabalhar os modos e os tempos fundamentais da constituição do sujeito, seu enlaçamento e sua fundação no campo do Outro. Neste Seminário, ele privilegia o segundo modo de identificação descrita por Freud (1921/2020) em “Psicologia das massas e análise do eu”. Aqui, ele nomeia de regressiva, parcial, este segundo modo de identificação, destacando a função do traço unário. A

identificação primeira, ao pai, que se trata da incorporação, apesar de não estar muito presente ao longo do referido seminário, perpassa a discussão.

Começando pela identificação imaginária, Lacan (1949/1998) escreve o texto “O estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”. Utilizando-se da experiência do espelho, Lacan aponta que um primeiro esboço do eu é construído a partir de uma imagem virtual. Embora seja um texto fundador do imaginário, percebe-se que o Simbólico e o Real também estão ali presentes. Segundo Lacan (1957-1958/1999), o estádio do espelho é o encontro do sujeito com aquilo que é uma realidade e a ao mesmo tempo não o é; nesse sentido, é enganador e ilusório. O privilégio dessa experiência está em oferecer ao sujeito uma realidade virtual, irrealizada, captada como tal, a ser conquistada.

Este é o momento em que um adulto coloca o bebê na frente de um espelho e ele é surpreendido de modo jubiloso com a própria imagem refletida. Nele, a criança volta-se para o adulto que a segura –representante do Outro–, buscando a confirmação daquilo que ela viu e que a siderou: sua imagem como totalidade. Lacan (1962-1963/2021) nos fala que a criança, através desse movimento de virada de cabeça, voltando-se para o adulto, como que para invocar seu assentimento, parece pedir a quem a carrega, representante do grande Outro, que ratifique o valor dessa imagem. Sendo assim, é no olhar do Outro que o bebê busca confirmar o valor da imagem totalizante que, mesmo enganadora, o representa.

O investimento da imagem especular é um tempo fundamental da relação imaginária. Trata-se, portanto, de uma miragem constitutiva do sujeito. É importante considerar que a assunção da imagem jubilatória no estádio do espelho só pode se dar porque há uma matriz simbólica sustentada por um Outro desejante. Como dito, no estádio do espelho a imagem totalizante que o bebê toma como sua é apenas uma miragem, pois ela já porta em si uma função de falta, sendo, portanto, o tempo inaugural do desejo, oportunidade para que o bebê

possa existir enquanto sujeito do desejo. A partir do que foi desenvolvido por Lacan (1957-1958/1999) sobre o estádio do espelho, o autor apresentou os conceitos de Eu ideal, que é da ordem do imaginário, formado a partir da imagem do corpo próprio refletida no estádio do espelho e relacionado à identificação imaginária; e de Ideal do eu, que é, por sua vez, da ordem do simbólico.

Segundo Lacan (1957-1958/1999), é com o Ideal do eu que o sujeito se identifica ao ir em direção ao Simbólico, de modo que é a partir dele que o sujeito retira do Outro um traço para se identificar. O Ideal do eu é, então, o lugar da função do traço unário, ponto de partida, engate do sujeito no campo do Outro. Ele tem relação, portanto, com a identificação simbólica ao traço unário. É importante considerar que o que é adquirido como Ideal do eu permanece, no sujeito, exatamente como a “pátria que o exilado carregaria na sola dos sapatos –seu Ideal do eu lhe pertence” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 301). É algo para ele adquirido, não se tratando de um objeto, mas de uma coisa que é a mais no sujeito.

O que significa dizer que o Ideal do eu permanece no sujeito, como a pátria que o exilado carrega na sola dos sapatos, ao tomarmos as crianças retiradas da família de origem? Que consequências psíquicas isso poderia trazer para estas crianças que são retiradas das suas pátrias de origem? Acreditamos que o sujeito “carregaria a pátria de origem” para uma nova pátria, tendo em vista o que Lacan também aponta no referido trecho: “sejam quais forem as modificações que intervêm em seu ambiente e seu meio, o que é adquirido com Ideal do eu permanece (...)” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 301). Ao considerarmos que o Ideal do eu tem relação com a identificação simbólica ao traço unário, que o traço unário é aquele significante que dá suporte aos demais significantes e à emergência do sujeito e que se constitui no nível em que há relação do sujeito ao Outro, não poderíamos supor que fosse de outra forma. Mesmo assim, retomamos a pergunta: que consequências psíquicas isso poderia trazer para as

crianças retiradas das suas famílias de origem? Talvez possamos considerar que apenas em um “só depois”, cada sujeito, em sua singularidade, será possível responder a esta questão.

Voltando à conceituação de traço unário, Lacan (1961-1962/2003) afirma que tomou emprestada uma frase do livro do matemático platônico Euclides, que lhe pareceu a melhor forma encontrada para exprimir, no plano matemático, a função do um, da unidade no sentido do que ele chamou de traço unário, “essa unidade no sentido do traço unário tal como aqui indico-lhes que ele recorta, que ele indica, em sua função, (...) aquilo por meio do qual cada um dos entes é dito ser um ‘um’ (...)” (pp. 67-68), isto é, enquanto suporte como tal da diferença.

A fim de falar do “Um”, Lacan recorta da obra de Freud o termo alemão *einziger zug*, inserido no capítulo VII do texto “Psicologia das massas”. Nele, Freud (1921/2020) coloca a diferença entre a primeira identificação ao pai e a identificação regressiva ao traço unário – segunda identificação. Segundo ele, enquanto na primeira há uma identificação com o pai, na segunda o pai é escolhido como um objeto, sendo, por isso, uma identificação parcial em que o sujeito escolhe apenas um traço do objeto para introjetá-lo – chamado traço unário. Como já falado, o “Um” não é tido como unificação, mas como unicidade, diferença – traços que permitem uma contagem e que marcam uma diferença. Como afirma Lacan (1962-1963/2021), “a possibilidade de dizer 1 e 1, e mais 1, e novamente 1 constitui a identificação primária. É sempre de um 1 que é preciso partirmos” (p. 50). Para ele, o traço unário é o significante radical, é um traço que é “Um”, uma notação mínima que marca a estrutura e, por isso, é anterior ao sujeito. O traço unário funciona como aquele significante que dá suporte aos demais significantes e à emergência do sujeito, como o suporte da diferença. Por estar no campo do desejo, ele só pode se constituir no nível em que há relação do sujeito ao Outro, sendo o campo do Outro que determina a função do traço unário.

No Seminário 9, intitulado “A identificação”, Lacan (1961-1962/2003) desenvolve o advento do sujeito na origem do significante, afirmando que é do esforço do apagamento do rastro que “tenho certeza aí de que estou me deparando com um sujeito real (...)” e que “nesse desaparecimento do rastro, o que o sujeito procura fazer desaparecer é sua passagem de sujeito mesmo (...)” (p. 136). É sobre a emergência dos momentos de *fading* que ele nos fala, e diz que estão ligados a “essa batida em eclipse do que só aparece para desaparecer e reaparece para de novo desaparecer, que é a marca do sujeito como tal” (p. 136); aí se tem o nascimento do significante. Tal operação implica todo o processo que comporta o retorno do último tempo sobre o primeiro e, ainda, que, sem os três tempos, não poderia haver articulação de um significante já que

Uma vez constituído o significante, há forçosamente dois outros antes. Um significante é uma marca, um rastro, uma escrita, mas não se pode lê-lo só. (...) Três significantes é o retorno daquilo de que se trata, isto é, do primeiro (...) (Lacan, 1961-1962/2003, pp. 136-137).

Ele destaca a importância da relação do sujeito com o significante no processo identificatório e nos diz que é do efeito do significante que surge o sujeito como tal. Lacan (1972-1973/2010), no Seminário 20, intitulado “*Encore*”, nos fala que o significante, em si mesmo, não é definível senão por uma diferença de outro significante, que o significante, como suporte de um sujeito, alcança algo de diferente na medida em que o afeta. E, por isso, um sujeito só é sujeito por um significante para outro significante, pontualmente e evanescente. Voltando ao “Um” no referido seminário, Lacan nos traz a expressão “Há Um” (*Y a d’l’un*) para dizer que o “Há Um” é o que a articulação significante permite perceber; que de “Um” entre outros levanta-se o S1, um *essaim* (homofonia, em francês, entre S1, que é lido como “esse *um*”, e *essaim*, que significa enxame), um enxame de significantes, isto é, o S1 por sua relação com S2: $S1 \rightarrow S2$. É isso que Lacan nomeia de enxame, ao qual se pode

acrescentar quantos significantes se quiser, numa série S1 (S1 (S1 (S1 → S2))). O significante *Um*, aquele que assegura a unidade, funciona como a ordem significante, pois ele se instaura a partir do desenvolvimento pelo qual toda a cadeia subsiste. Ele é o significante mestre, encarnado na *lalangue*, isto é, na língua materna.

Lacan desenvolve o conceito de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, e a linguagem é feita de *lalangue*. O inconsciente é uma elocubração de saber sobre a *lalangue* e, portanto, é um saber-fazer com a *lalangue*. Se dizemos que o inconsciente é estruturado como uma linguagem é precisamente porque os efeitos da *lalangue*, que são afetos, já estão ali presentes como saber. Enfim, como dito, o significante afeta porque é pela incidência da palavra como *lalangue* sobre a substância viva que o sujeito pode advir, o que indica a dependência aos efeitos do significante para a constituição do sujeito, já que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui o sujeito de um significante.

A questão da Identificação como processo de causação do sujeito, sob a ótica da especificidade das crianças acolhidas, será desenvolvida no capítulo IV.

III – Significados Significantes

A fim de analisar os efeitos na constituição subjetiva das crianças retiradas da família de origem, buscou-se traçar um paralelo entre a situação vivida por estes sujeitos e os significantes apátrida, expatriado, migrante, refugiado e estrangeiro, bem como suas implicações na constituição do sujeito.

No artigo “Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar?” (2019), é afirmado que “as palavras, em seu uso cotidiano, podem nomear objetos, lugares, pessoas e até mesmo fenômenos sociais (...); [oferecem] (...) enquadramentos, pontos de vista, focos de atenção” (para. 1). Continuando no referido artigo, tem-se, ainda, o seguinte:

Quando referidas às pessoas que atravessam uma experiência tão complexa como a do deslocamento humano, pode parecer por vezes que algumas palavras se sobrepõem umas às outras. Qual a diferença entre imigrante e migrante? Estrangeiro e refugiado? Afinal, qual termo é o mais correto? (para. 1)

Considera-se importante diferenciar os deslocamentos migratórios voluntários dos tipos de migrações forçadas, errantes, que se tornam metáfora do excluído, daquele que está destinado a vagar sem pouso por imposição de situações de guerra, de extrema violência e perigo, a fim de analisarmos a questão da retirada da criança da família de origem –“expatriação”.

1 Apátrida

De acordo com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados, apátridas são as pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país (Apátridas, s.d.). Elas

muitas vezes permanecem invisíveis e desconhecidas, vivem em situações precárias, à margem da sociedade; são sujeitos que não existem socialmente.

Quanto a este significante, infelizmente é preciso reconhecer que existem milhares de crianças que são retiradas de suas famílias de origem e passam a vida acolhidas institucionalmente até atingirem a maioridade. Para muitas crianças, as instituições de abrigo representam a experiência mais próxima a de um laço familiar. Estas crianças e adolescentes perderam suas famílias biológicas e não foram inseridas em nenhuma família substituta. Traçando um paralelo, elas perderam sua pátria e não foram reconhecidas como pertencentes a nenhuma outra. Podemos considerar estas crianças e adolescentes que se tornaram adultos como um sujeito apátrida? Por um lado, sim, ao percebermos que alguns permanecem invisíveis ou invisibilizados, vivendo em situação de rua, à margem da sociedade, mesmo que inseridos em um grupo. Por outro lado, quando se rompem vínculos fundamentais com a família biológica e novos vínculos não se constroem com uma família substituta, é possível que novos laços se estabeleçam com espaços ou sujeitos, e, com isso, este sujeito possa se perceber pertencendo a uma nova pátria.

2 Migrante

Conforme o artigo “Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar?” (2019)

Houve uma importante mudança de paradigma, acompanhada de uma alteração na forma de uso do termo migrante. Nessa nova configuração, ressalta-se o reconhecimento do migrante enquanto sujeito de direitos, não o definindo a partir de se este ‘sai’ ou ‘entra’ de determinado território nacional ou mesmo se permanece nele. Trata-se, nesse sentido, de focar principalmente a migração enquanto

fenômeno humano que necessariamente atravessa os diferentes territórios nacionais, envolvendo diversos atores e processos transnacionais (para. 7).

Considerando as crianças retiradas da família de origem: migrante, imigrante, emigrante, refugiado, estrangeiro, podemos traçar um paralelo com cada um destes significantes?

3 Refugiado

A Convenção de Genebra relativa ao estatuto dos refugiados (Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 1951) considera refugiada a pessoa que se encontra fora do seu território nacional por fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política.

Essa definição vem sendo ampliada a fim de dar conta de outras situações de vulnerabilidade dos direitos fundamentais. A Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 (ACNUR, 1984) considera refugiado a pessoa que tenha fugido de seu país de origem porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos ou pela violação maciça dos direitos humanos.

Traçando um paralelo com as crianças acolhidas institucionalmente, elas se encontram fora de sua pátria não por decisão própria, mas em decorrência de estarem sofrendo violência e violação maciça de seus direitos. Podemos, então, considerá-las refugiadas.

4 Ex-patriado

O expatriado é uma pessoa que reside temporária ou permanentemente em um país diferente da sua origem. Esta definição –“*expat*” ou expatriado– é notoriamente ambígua. “*Expat*” é um termo usualmente utilizado para um seletivo grupo de pessoas que vão trabalhar

no exterior e, em determinados casos, traz um significado excludente, pois pode ser usado para desumanizar certos grupos migratórios, numa espécie de hierarquia de imigrantes – alguns valem mais, outros valem menos.

Na presente dissertação, o significante “ex-patriado” é utilizado para designar a criança que saiu da sua família de origem. O prefixo “ex” tem origem latina e exprime a ideia de separação, afastamento. A partícula “ex”, quando colocada antes de um substantivo ligada a ele por um traço, expressa a ideia do que foi e não é mais.

5 Estrangeiro

O termo estrangeiro provém da palavra francesa *étranger*, cuja origem é *étrange* (*estrange*, até o Século XII), por sua vez do latim *extraneus* (estranho, de fora).

Na Bíblia, o termo hebraico *gêr* significa ser estranho, o que podia significar também ser inimigo. Ser estrangeiro significava ser visto como ameaça e viver ameaçado.

Juridicamente, o estrangeiro é o indivíduo natural de outro país.

Ao analisar o significante *gêr*, a psicanalista se lembra de um atendimento realizado em uma Unidade de Acolhimento (UNAC), abrigo do Governo do Distrito Federal (GDF), na Ceilândia Norte, cidade satélite de Brasília. Apesar de ter o endereço e as referências que lhe foram passadas, a psicanalista não conseguia encontrar o local. Perguntando para várias pessoas, ninguém sabia o que era uma instituição de acolhimento, e só conseguiu uma informação quando disse que era um local de acolhimento para adolescentes. A pergunta/resposta que recebeu foi: “ah, aquele lugar para menor infrator, para marginal?!”

Rosa (2018) utiliza a metáfora “Vidas Secas” para falar das condições de desamparo dos menores infratores internos da Fundação Casa, em São Paulo. Apesar de os adolescentes atendidos pela psicanalista não serem menores infratores, mas vítimas de situações de maus tratos e abandono, é possível pensar em uma dupla exposição traumática de um e de outro.

Além das situações de violência perpetuadas pelos adultos que supostamente deveriam cuidar e proteger, os adolescentes se encontram marcados pelo significativo “marginal” –aquele que vive à margem da sociedade–, e se encontram desamparados pela impossibilidade de elaborar seus traumas. Rosa (2018) afirma que a falta de elaboração produz “efeitos de desubjetivação” (p. 48).

Dunker (2011) nos fala que o sofrimento tem a ver com um reconhecimento coletivo. O sofrimento é indissociável de uma experiência que mobiliza sistemas sociais de valores, narrativas e expectativas fracassadas de reconhecimento. Assim, ser uma criança acolhida numa UNAC representa a estrangeiridade e designa um “não fazer parte”, “falar outra língua”, que pode ser entendido como um momento de desestruturação e de muito sofrimento.

Podemos considerar que, apesar de o abrigo ter a intenção de acolher, algumas destas crianças se percebem como estrangeiras e se colocam no lugar de estranho. Exilados das referências de origem, da casa, do que pode lhes dar sustentação, esses sujeitos se tornam migrantes na própria terra, estrangeiros dentro de casa, representantes do “estranho”, a quem nada e ninguém se dispõe a olhar, muito menos a escutar. Esses migrantes cotidianos, que migram da casa da mãe para a casa da avó, para a casa da vizinha, de esquina em esquina, de abrigo em abrigo, escancaram o que a sociedade quer abolir do seu cotidiano.

Sobre esses significados significantes serão feitas considerações no discorrer desta dissertação.

IV – O Conceito de *Unheimliche* em Freud e Lacan

O tempo é capaz de um truque mais estranho. (...) Incidente ínfimo, perturbador, que rasga a trama do tempo e por esse rasgão nos introduz em outro mundo: fora do tempo, diz Proust com precipitação. Sim, afirma ele, o tempo está abolido, (...) não um passado e um presente, mas uma mesma presença que faz coincidir, numa simultaneidade sensível, momentos incompatíveis, separados por todo o Curso da duração. Eis portanto o tempo apagado pelo próprio tempo (Blanchot, 2005, pp. 16-17).

Com um estilo atipicamente truncado para Freud, seus leitores parecem ser unânimes em concordar que o texto de 1919, “*Das Unheimliche*”, é desconcertante. Hélène Cixous (1974) se refere a ele como um “estranho romance teórico” (p. 14), sugerindo que o próprio texto se contamina pelo tema que desenvolve, provocando estranheza a cada palavra.

Ernani Chaves (2019), no seu ensaio “Perder-se em algo que parece plano”, escrito para a publicação da nova tradução do “Estranho” de Freud, lembra a dimensão do Infamiliar que se apossa de Freud e de seus contemporâneos quando nomeia “*Das Unheimliche*” para tentar representar o sentimento de estranha familiaridade com os horrores e os efeitos da primeira grande guerra. É importante lembrar que Freud escreveu este texto em 1919, afetado pelos efeitos suscitados nos soldados que retornavam emudecidos da guerra, impossibilitados de transmitir, em palavras, o horror vivido nas trincheiras.

Até mesmo a tradução do título provoca desconcerto. Todos parecem querer dar conta de uma palavra com sentido antitético. Em francês, “*L’inquiétante étrangeté*” (Gallimard), “*L’inquiétant familier*” (Payot), “*L’inquietant*” (PUF); em espanhol, “*Lo siniestro*” (*Biblioteca Nueva*) ou “*Lo ominoso*” (*Amorrortu*); em italiano, “*Il perturbante*” (Boringhieri); em inglês, “*The uncanny*” (*Standard Edition*); em português, “*O estranho*”

(Edição *Standard*) ou “*O inquietante*” (Companhia das Letras), e agora “*O infamiliar*” na tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares.

No referido artigo, Freud (1919/2019) traz várias referências literárias e clínicas. Ele relata algumas experiências pessoais e vai além das questões estéticas e do efeito sobrenatural, ilustrando a dinâmica do inconsciente. Nesse ensaio ele parte dos diversos sentidos da palavra alemã *Heimliche* (familiar) para demonstrar a sua ambivalência.

Neste texto, Freud (1939/2019) faz referência ao trabalho de Otto Rank, “O Duplo” (1925), publicado no “*Internationaler Psychoanalytischer Verlag*”:

Nele, as relações do duplo com imagens no espelho e sombras, com espíritos protetores, doutrinas sobre a alma e o medo da morte são investigadas, lançando uma viva luz sobre a história surpreendente do desenvolvimento desses temas. Na origem, o duplo era uma garantia contra o declínio do Eu, um ‘enérgico desmentido do poder da morte’ (O. Rank), e provavelmente, a alma ‘imortal’ foi o primeiro duplo do corpo (p. 69).

Para Freud (1919/2019), o estranho é o que, por ter sido rejeitado pelo Eu, retorna para causar espanto e horror. E, por isso, “o infamiliar é o familiar-doméstico que sofreu um recalçamento, dele retornando, e que todo infamiliar preenche essa condição” (p. 97). Ele se pergunta em que circunstâncias o familiar pode se transformar em estranho e assustador, e responde a tal questionamento recorrendo a uma frase do filósofo alemão Friedrich Schelling (1849), que define o infamiliar –*Unheimliche*– como “tudo o que deveria permanecer em segredo, oculto, e veio à tona” (p. 45).

Nessa perspectiva, o “infamiliar nada tem realmente de novo ou de estranho, mas é algo íntimo à vida anímica desde muito tempo e que foi afastado pelo processo de recalçamento” (Freud, 1939/2019, p. 85). Lá onde foi recalçado, isso se manifesta alhures numa linguagem cifrada, em outro registro, o do sintoma, pois o recalçamento é inseparável

do retorno do recalçado. Ele afirma, em seu texto, que “todo afeto de uma moção de sentimento, de qualquer espécie, transforma-se em angústia por meio do recalque” (p. 85), e que deve haver, entre os casos que provocam angústia, um grupo no qual se mostra que esse angustiante é algo recalçado que retorna. O autor continua dizendo que essa espécie de “angustiante” seria, então, o infamiliar:

Se isso é mesmo a natureza secreta do infamiliar, então entendemos por que o uso da língua permitiu que o familiar deslizesse para seu oposto, o infamiliar, uma vez que esse infamiliar nada tem realmente de novo ou de estranho, mas é algo íntimo à vida anímica desde muito tempo e que foi afastado pelo processo de recalçamento (Freud, 1939/2019, p. 85)

Em suma, para Freud (1939/2019), *Heimliche* e *unheimliche* são o direito e o avesso de uma mesma coisa, “o infamiliar é uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido, há muito íntimo” (p. 33), isto é, “o *unheimliche* é, de certa forma, um tipo de *heimliche*” (p. 49).

A fim de tratar da relação entre angústia e o infamiliar, Lacan recorre ao duplo real, que traz à cena a inquietante estranheza. Lacan (1962-1963/2021), no Seminário 10, intitulado “A Angústia”, introduz algo que é da ordem da imagem, mas que não é especular. Ele afirma que a imagem do corpo próprio, $i'(a)$, que se constitui a partir do Outro, apresenta uma balança em função da reversibilidade do corpo próprio para a libido do objeto. Dessa oscilação reversível de $i(a)$ para $i'(a)$, algo escapa, o objeto a . Isso que fica fora da captura da imagem no espelho é o que opera o corte entre o que se constitui como eu na imagem e o que nela não pode ser representado, porque é da ordem do Real. Ele nos diz que a angústia é um fenômeno de borda, sinal que se produz no limite do eu (*moi*) quando este é ameaçado pelo que não deveria aparecer. Aquilo que não tem entrada no simbólico e que retorna no Real.

Isto significar dizer que o fenômeno da angústia é o surgimento do *unheimliche*, que, de certa maneira, nunca passou por um reconhecimento e que sempre aparece de surpresa, provocando hesitação e causando horror pelo fato de justamente ser muito familiar, embora recalçado. Por isso, ele afirma que a angústia não é sem objeto, mesmo que esse objeto não seja acessível. É importante considerar que o inesquecível não se liga à recuperação da lembrança, mas ao seu apagamento. Ao contrário do que possa parecer, a função do esquecimento é conservar a lembrança. Há uma diferença entre o esquecimento, que conserva e arquiva, e o verdadeiramente inesquecível. É a diferença entre o estranho que se torna familiar –por ligar-se ao recalçado (segundo Freud)– e o familiar imemorial que sempre foi estranho e inédito, não podendo ser esquecido.

A partir da análise do conceito de infamiliar em Freud e Lacan e sua conexão com a questão do desamparo e da angústia, considera-se necessário estudar referidos conceitos a fim de se desenvolver essa dissertação. Para Freud, o desamparo é inerente ao humano. A condição de prematuridade do recém-nascido, que depende de um outro (Outro) para suprir suas necessidades e poder transformá-las em demanda, coloca o bebê na dependência de um outro, não um outro qualquer, mas de um sujeito que se coloca na função de um Outro. E a angústia para Freud é uma expressão da experiência de desamparo, aparecendo como uma reação à perda do objeto e/ou medo de separação do objeto investido libidinalmente. É, então, a reação a uma ameaça de perigo que pode levar à vivência do desamparo. Vivência que se repete sempre que houver a ameaça de perda de objeto. Posteriormente, Freud articula o desamparo ao conceito de angústia, passando a definir o desamparo como um estado de impotência diante da precariedade da existência do sujeito, algo que estaria na base da angústia do homem. De acordo com Freud (1926), é na relação primeira com um Outro que o sujeito localiza o paradigma da situação originária do desamparo, experiência na qual a criança se encontra sem recursos de sobrevivência, dependendo completamente dos cuidados

de um outro que a alimenta, cuida, mas que é também, conforme Lacan, um Outro enigmático, faltante, ameaçador. Concomitantemente e paradoxalmente, é no olhar do Outro que a criança encontra pertencimento, reconhecimento. Entretanto, algo deve se perder nesta relação a fim de que a separação possibilite a assunção do sujeito desejante, condição da estruturação subjetiva.

Já para Lacan (1962-1963/2021), no Seminário 10, a angústia não é sinal de uma falta de objeto, como colocado por Freud (1926), mas a falta é constitutiva do sujeito. Para o autor, o sinal da angústia revela a situação de desamparo, da perda do lugar de amado diante do Outro, pois é diante do desejo do Outro que o sujeito se organiza e se ampara, dando um sentido à sua própria falta e desejo. Segundo ele, a angústia é um afeto e, como tal, ele não é recalcado; o que é recalcado são os significantes que amarram este afeto. Ela surge quando algo põe em questão a falta do sujeito, falta que está relacionada ao desejo. A angústia comparece quando aparece inapropriadamente o que já estava ali, em casa, *Heim*, não reconhecido, aquilo que se manteve *unheimliche*, inabitado, secreto.

Nesse sentido, a angústia ocorre quando desaparecem as coordenadas simbólicas que possibilitam ao sujeito situar-se. É o afeto que sinaliza a falta de sentido, o que resiste à simbolização, o Real. Lacan (1962-1963/2021) nos fala que a angústia faz função quando a “falta vem a faltar” (p. 52). Ou seja, quando a demanda do Outro não pode deixar de ser respondida e o sujeito é tomado como objeto. A experiência da angústia se trata, portanto, não da perda de objeto, mas da possibilidade de ser invadido por ele.

A partir da clínica com as crianças acolhidas institucionalmente, pode-se afirmar que, na experiência da saída da família de origem e sua inserção em um abrigo ou em uma família substituta, o sujeito se depara com o seu próprio infamiliar no encontro com um outro que lhe é, também, estrangeiro. O lugar que o recebe, além de não lhe proporcionar um amparo simbólico, também não lhe reflete uma imagem de unidade. Estar no estrangeiro é estar

diante de um espelho que revela, muitas vezes, uma imagem que não dá suporte ao sujeito, mas que evoca a sua estrangeiridade. Sua diferença é estampada e seu desamparo infantil é evocado. O enigmático do lugar e o enigmático de si mesmo ficam em evidência, as coordenadas simbólicas que possibilitavam ao sujeito se situar desaparecem, e o sujeito se encontra, então, deslocado psiquicamente, sem a possibilidade de dar sentido à sua falta constitutiva e na iminência de se desorganizar. Esse é o sofrimento mais arcaico do sujeito em condição de estrangeiro. Segundo Lacan (1961-1962/2003), a angústia é um afeto que revela a situação do desamparo, revela a perda de reconhecimento e proteção em relação ao desejo do Outro. Estar desamparado é estar sem ajuda, sem recursos diante de um Outro que não se sabe como responderá.

Para Dunker (2015/2020), o sofrimento está intimamente ligado ao reconhecimento social, e a criança, ao sair da sua família biológica, se vê desamparada, sem a possibilidade de articular esse sofrimento em um discurso reconhecido pelo outro, estando em um lugar outro com um Outro olhar que ainda não lhe oferece nenhum aparato simbólico. Não é apenas um sofrimento, mas é a perda de um lugar de pertencimento e, por isso, muito desorganizador.

Apesar de o trabalho de luto ser um processo dolorido, a saída da família de origem coloca ao sujeito a necessidade de elaboração das perdas, pois é necessário ressignificar o que lhe era familiar, renomear, e se deparar não apenas com a perda dos objetos de identificação, mas também da posição subjetiva diante do olhar do Outro.

V – A Clínica

1 Desejo do Analista e as Especificidades da Prática Psicanalítica em uma Instituição de Acolhimento

Na prática psicanalítica lacaniana com as crianças em situação de desamparo familiar e institucionalizadas é preciso considerar uma clínica que conjugue a posição do sujeito e o desejo do analista. Qualquer que seja a posição da criança em relação ao Outro, ela não pode ser reduzida a um sujeito referenciado a um processo cronológico de desenvolvimento, tendo em vista os prejuízos que estas crianças podem ter sofrido em decorrência de tudo o que experienciaram. É importante pontuar que não se está negando a existência de certas particularidades no atendimento destas crianças, sempre lembrando da sua condição de sujeito como pressuposto fundamental da psicanálise.

Algumas questões, no início desta prática, se impuseram. Como se instala uma demanda de análise neste contexto? De quem é a demanda? Que crianças atender, e por onde passaria esta escolha? Qual é o lugar do psicanalista diante da demanda de outra coisa e o que seria esta outra coisa? Entre tantas outras questões que foram surgindo durante o trabalho.

Começamos pensando o que a lei determina. De acordo com o documento “Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes” do Conanda (Brasil, 2009), os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil são definidos como: Abrigo Institucional, com capacidade de acolhimento de até 20 crianças e adolescentes, devendo ter dois profissionais para atendimento das crianças acolhidas, podendo ser um psicólogo e um assistente social –este era o modelo da instituição onde a psicanalista trabalhava; Casa Lar; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e República. Independentemente do tipo de instituição de acolhimento, é determinado por lei

que as crianças sejam acompanhadas por um psicólogo desde a entrada no serviço até a sua saída.

Para além desta exigência técnica, a questão que se impôs foi como uma escuta psicanalítica neste contexto pode se dar. Segundo Zizek e Daly (2006), ao se referir à ética da psicanálise, “é preciso arriscar e decidir (...). Não busque apoio em nenhuma forma de Outro maiúsculo (...). É preciso arriscar o ato sem garantias” (p. 14).

Na instituição onde a psicanalista trabalhou, a sala para atendimento ficava no andar superior, e o pedido das crianças era sempre: “Vamos subir? Vamos brincar?”. Como dizer para uma criança que ela não irá “subir” e a outra irá? Como “escolher” quem será “atendido”? Apesar de todas as crianças acolhidas necessitarem de uma escuta psicológica, no caso, a demanda inicial para que um trabalho psicanalítico com determinadas crianças acontecesse era da instituição. Muitas vezes estas demandas eram motivadas pelo que era considerado inadequado no comportamento da criança, por exemplo a criança que era muito agressiva, que não obedecia às ordens das cuidadoras, que tinham comportamento sexual considerado exacerbado etc. A partir disso, era preciso considerar a necessidade de também convocar a instituição a rever ou não a cena institucional, os lugares de cada um, os discursos e seus efeitos, seja no sentido de ofertar um lugar simbólico, seja no sentido de refletir sobre as identidades imaginárias estabelecidas que podem produzir silêncio e fixação. Em muitos outros momentos, o acolhimento de algumas crianças se mostrava urgente.

Como falado, a prática psicanalítica abrange um duplo movimento nas intervenções na instituição de acolhimento: convidar os profissionais a pensarem as práticas institucionais e escutar o sujeito, sempre considerando os princípios teóricos e éticos necessários para que esta prática aconteça. E, como em todo processo de psicanálise, apenas em um *a posteriori* se pode dizer com quem se estabeleceu uma transferência e se uma escuta psicanalítica foi possível de acontecer.

Sobre o desejo do psicanalista, é importante que não se confunda desejo do psicanalista com desejo do Outro. Na clínica institucional, a demanda inicial das crianças era por cuidado, por maternagem, por atenção e carinho. Nesse sentido, era tarefa da psicanalista, em seu desejo do psicanalista, não cair no engodo de uma reciprocidade imaginária que poderia ser capaz de confirmar a posição em que o sujeito se apresentava de criança abandonada. A proposta não era encarnar uma posição maternal, apesar de muito sedutora, mas, sim, de doura ignorância sobre esse sujeito que se apresentava. Em vários momentos, sair da posição no nível da falta se mostrou necessário, mas sempre sabendo que era um momento pontual em que um acolhimento de outra ordem se fazia urgente, pois sabemos da impossibilidade de “fazer um Bem”. Para que isso não aconteça é necessário não saturar o sujeito com representações ou demandas, pois isso seria oferecer um objeto para tamponar a falta estrutural e ocupar o lugar de um Outro intrusivo e obturador.

Como já abordado, se para a constituição do sujeito o que está em jogo é o desejo do Outro, na relação analítica o sujeito vai se confrontar com o desejo do analista. É importante, portanto, que não se confunda o desejo do analista com o desejo do Outro. Sobre isso, Lacan (1958-1959/2021) afirma que

O problema da análise reside na situação paradoxal em que se encontra o desejo do Outro que o sujeito haverá de reencontrar, nosso desejo, por demais presente no que o sujeito supõe que lhe demandamos. Com efeito, o desejo do Outro, que é para nós o desejo do sujeito, não devemos guiá-lo para o nosso desejo, mas para um outro (p. 518).

Ele se refere aqui à regra psicanalítica graças à qual o psicanalista se oferece como suporte para as demandas do paciente diante do desejo do Outro, sem responder, no entanto, a nenhuma dessas demandas, isto é, sem responder do lugar do Outro.

A fim de pensarmos as especificidades da clínica com as crianças institucionalizadas, podemos lembrar que na obra “Variantes do tratamento padrão” Lacan (1955/1998) faz uma crítica a uma psicanálise tecnicista, afirmando que a expressão “variantes do tratamento padrão” vem expressar uma preocupação com a natureza dos meios e dos fins dessa práxis, que vem culminar no questionamento: “será que isso ainda é psicanálise?” (p. 327) – questionamento que a psicanalista várias vezes se fez durante o seu trabalho na instituição de acolhimento. Sobre a pergunta, Lacan responde que uma psicanálise, padrão ou não, é o “tratamento que se espera de um psicanalista” (p. 331). Portanto, menos do que nos debruçarmos sobre como o psicanalista X, Y ou Z exerce seus atendimentos, parece mais profícuo pensar a partir da posição em que o sujeito se coloca enquanto psicanalista. Voltando ao que Žižek e Daly (2006) falaram, “não busque apoio em nenhuma forma de Outro maiúsculo” (p. 14).

Acolher uma criança em posição de extremo desamparo implica uma docilidade diante deste sujeito, e isso só pode ser alcançado renunciando-se aos ideais terapêuticos. Nesse sentido, Lacan (1964/1993, p. 267) nos fala que “o desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta”, ou seja, um desejo que emerge contra os ideais do psicanalista e que não visa saturar o sujeito com objetos e representações, pois é por conta do desejo do psicanalista e da posição em que ele se coloca que o analisante pode ser reconhecido e interpelado na sua singularidade.

2 Abandono e Desamparo

Começamos citando Cyrulnik (2005), no seu livro “O murmúrio dos fantasmas”:

Ninguém imaginaria que era um fantasma. Porque ela era bonita demais, suave demais, resplandecente. Uma aparição não tem calor, é um lençol frio, um tecido, uma

sombra inquietante. Ela, no entanto, nos deslumbrava. (...) Tínhamos caído numa armadilha, a ponto de não percebermos que ela estava morta havia muito tempo.

Na verdade, Marilyn Monroe não estava completamente morta, só um pouco, em alguns momentos um pouco mais. (...) Ela já não estava viva quando nasceu. Sua mãe, (...) expulsa da humanidade por ter trazido ao mundo uma menina ilegítima, ficara embrutecida de tanta infelicidade. (...) Sua mãe não teve forças para lhe oferecer braços que dariam segurança (...). Foi necessário colocar a futura Marilyn em orfanatos frios e confiá-la a uma sucessão de famílias adotivas onde era difícil aprender a amar.

As crianças sem família valem menos do que as outras. O fato de explorá-las sexual e socialmente não é um crime tão grave, porque esses pequenos seres abandonados não são realmente crianças. Algumas pessoas pensam assim (...) (pp. 01-02).

Quando uma criança é continuamente maltratada, quando um adulto abusa sexualmente dela, quando uma criança é negligenciada, os efeitos na sua constituição subjetiva são tão graves que se torna necessário retirá-la da família de origem a fim de protegê-la. A separação pode proteger a criança, mas não apaga a sua história, o seu sofrimento. Quando a realidade é aterradora, a criança, muitas vezes, inventa ficções com o propósito de se proteger das lembranças do que viveu. Ela relativiza os abusos parentais a fim de preservar a imagem dos pais, criando fantasias de que tudo o que eles faziam era por amor, para educá-la, para protegê-la. Frases como: “minha mãe me batia porque me ama”; ou frases que ela ouvia: “bater em você dói mais em mim do que em você”; ou “é para o seu bem”, entre tantas outras, foram faladas pelas crianças na tentativa de justificar para elas mesmas as agressões sofridas.

Neste trabalho foi importante considerar como a aproximação poderia se dar, procurando não invadir o sujeito. Colocar o corpo disponível para qualquer encontro foi uma possibilidade, pois, na medida em que uma presença é ofertada, pode-se colher uma demanda que poderá servir de endereçamento de um apelo a ser escutado, apresentando-se na transferência e podendo surgir, muitas vezes, sem palavras. Oferecer o corpo, o olhar, a escuta para quem está emudecido pelo sofrimento, pela dessubjetivação vinda de um outro que não o vê, não o ouve, e não quer saber dele; oferecer-lhe palavras para que possa falar de si, convidá-lo a existir, e não sub-existir como sujeito, se mostraram como possibilidades para que um trabalho de psicanálise pudesse acontecer.

Nestas situações de extrema angústia e de perda de referenciais identificatórios, considerou-se imprescindível a oferta de uma escuta psicanalítica em que se utilizasse a presença e a palavra. Presença como oferta de um campo em que a criança pudesse associá-lo a laços já estabelecidos –criar ancoragens– e desencadear movimentos associativos. Nas palavras de Rosa (2002), a oferta de uma forma de escuta “supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro, deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória” (p. 47).

Rosa (2009) fala de “presença da palavra” em contraponto com o que Lacan (1964/1993) chama de presença do analista, pois a presença do psicanalista visa aos limites da palavra, o lugar onde o silêncio pode perpetuar-se e no qual o psicanalista é convocado a suportar e a servir de mola ao relançamento das significações. Na clínica com as crianças acolhidas, a “presença da palavra”, que se suporta da “presença do analista”, se verifica na diversidade das intervenções a partir de dispositivos clínicos diferentes daqueles utilizados classicamente.

Lacan (1971-1972/2012), no Seminário 19, intitulado “Os corpos aprisionados pelo discurso”, tece algumas considerações sobre o suporte corporal na psicanálise. Ele afirma que

o discurso gira entre o gozo, como inapreensível; a verdade, que não pode ser dita, ou só pode ser meio-dita; o semblante, pois o discurso é sempre discurso do semblante; o mais-de-gozar, que só pode ser concebido a partir do *faire semblante*; e o corpo, como suporte, de onde surge todo o sentido. Para ele, no primeiro momento em que um sujeito procura um psicanalista, o importante é a confrontação de corpos. Entretanto, a partir do momento em que se entra no discurso psicanalítico, o corpo não entra mais em questão. Segundo ele, no discurso psicanalítico, entre as funções de discurso e o suporte corporal, tudo que é dito é semblante, é verdade, e tudo que se diz faz gozar. Então, de que se trata na análise, pergunta Lacan? “Se existe algo que se chama discurso analítico, é porque o analista, como corpo [*En corps*, expressão usada por Lacan homófona a *encore*, ainda ou de novo, que remete à repetição], instala o objeto *a* no lugar do semblante” (Lacan, 1971-1972/2012, p. 222).

A partir do que nos traz Lacan (1971-1972/2012), como pensar a clínica com as crianças acolhidas institucionalmente nas suas especificidades? No atendimento destas crianças, lhes foi oferecido um espaço em que a psicanalista se colocava também como corpo, à disposição para o “que der e vier”. Nesta clínica, mostrou-se fundamental que fossem construídos dispositivos de acordo com a demanda que se apresentava, pois eles não estavam dados. Foi preciso montá-los. Partiu-se de um convite inicial a fim de que um espaço psíquico se construísse.

Segundo Badiou (2002), no seu texto “*Filosofia y psicoanálisis*”, tanto a filosofia quanto a psicanálise trabalham com o mesmo objeto, de maneiras distintas: o objeto vazio. Para ele, enquanto a filosofia busca o vazio no ser, a psicanálise o procura no sujeito que irrompe do inconsciente. Seguindo esta linha, Broide (2016) afirma que a criação desse espaço vazio que se abre ao sujeito do inconsciente, que o leva à injunção ética onde pode ou não se comprometer com o seu desejo, dá-se por meio da construção de dispositivos que podem ser para além do consultório, aqueles criados em diferentes situações. Para ele, o que

se mantém em todos os dispositivos é a busca do espaço vazio que se abre ao sujeito do desejo através do inconsciente e da transferência. Seguindo com Broide (2021):

Eu escuto a vida como ela é. Nessa clínica escuto interessantemente como estão misturados o horror e o belo e como se a gente aguentar o horror, o belo surge. Essas pessoas geralmente nunca tiveram quem as escutasse de verdade e nunca tiveram, pela urgência social terrível que viveram, alguém que as olhasse de verdade. Quando a pessoa percebe que está sendo verdadeiramente escutada ela fala, fala daquilo que nunca falou, fala verdadeiramente da sua vida e é aí que surge alguma coisa (para. 14).

Continuando a analisar as especificidades da clínica com as crianças acolhidas, pode-se dizer que a instituição de acolhimento é um espaço onde o psicanalista se encontra constantemente confrontado com situações-limite. Cotidianamente se convive com especificidades na intervenção, e o particular do sujeito e da psicanálise se evidenciam ali. No atendimento destas crianças, deparamo-nos com cheiros, secreções, piolhos, enfim, estamos às voltas com uma realidade que encontra, em cada um, sua inscrição particular. Da realidade piolhos, muitos piolhos, ao significante repulsa, como trabalhar com piolhos saltitantes de cabeça em cabeça? Situando a “repulsa a piolhos” como significante e operando a partir de seus desdobramentos, é importante considerar a especificidade do discurso psicanalítico na instituição como dispositivo que permite operar a partir da posição ética de quem acolhe a criança em sofrimento, como também dá continência à escuta daquele que cuida e acolhe as crianças. Visa-se com isso fazer circular o discurso e criar possibilidades associativas e de intervenção quando, antes, estava presente somente a “repulsa a piolhos”.

Voltando a Lacan, o autor aponta que há uma confrontação de corpos no momento em que um sujeito procura um psicanalista, mas que, a partir da entrada do discurso psicanalítico, o corpo não mais entra em questão. Na clínica com as crianças acolhidas, colocar o corpo

para que um encontro pudesse acontecer era uma constante, considerando que o corpo, na clínica com crianças, comparece como ferramenta para simbolização. Talvez isto seja ainda mais presente na clínica com estas crianças, silenciosas e silenciadas diante de um traumático ainda impossível de ser simbolizado. No cotidiano dessa prática, a criança se surpreende ao ser olhada, convidada a brincar, desconfia. É nesse contexto que uma psicanálise apoiada no vínculo transferencial pode vir a acontecer: as crianças se aproximam para desenhar, pintar, expressar-se mostrando seus poucos pertences e suas brincadeiras.

Neste trabalho clínico uma pergunta, entre tantas outras, se apresentava: como estas crianças ainda estavam vivas sabendo que muitas delas não tinham rede simbólica, social ou familiar? Encontravam-se diante de um abismo. E, apesar dos maus-tratos, do abandono sofrido, sair da família de origem configura-se como sofrimento, pois tudo o que era da criança, tanto no que se refere a um saber consciente quanto a um saber inconsciente e ao sem palavras, estava depositado na sua origem. No seu livro, D'Andrea (2012) nos conta a história de uma menina de seis anos à espera de ser adotada e que, devido a isso, havia perdido temporariamente a condição de filha. Martina, era esse o seu nome, conversando com o “construtor de pontes”, falou:

Queria as minhas coisas: o meu coelho amarelo, o espelho onde eu me olhava, a minha árvore fora da janela, que se mexia com o vento e me dava ‘olá’ ... a minha caixa mágica, onde moravam pessoas que falavam, cantavam, dançavam ... e não saíam nunca dali para me encontrar. (...) Aquelas coisas eram bonitas, mas (...) se hoje penso nessas coisas, ainda sinto raiva, não quero falar disso (p. 43).

O espelho, o coelho amarelo, a árvore são metáforas de coisas que se perderam, que lhe foram tiradas juntamente com sua família de origem. Quando a criança é retirada da sua família, sem tempo ou espaço para despedidas, ela sai sem a possibilidade de elaborar o que aconteceu, sem levar a sua caixa mágica e o que está ali depositado. Diante disso, a perda

passa a se repetir de maneira massiva e insuportável, como um Real que não cessa de não se inscrever. A fim de que este Real cesse de não se inscrever, ou seja, que passe do impossível ao contingente, nestas situações, é necessário construir ancoragens, fios de amarração.

A esse respeito, Lacan (1972-1973/2010) pergunta se a apreensão da contingência, tal como ele já a encarnou no “cessa de não se escrever”, em algo que, pelo encontro de sintomas, de afetos, do que em cada indivíduo marca o rastro de seu exílio dessa relação como ser falante, se isso não quer dizer que é somente pelo afeto que resulta dessa hiância que alguma coisa, em qualquer tempo em que se produza o amor, que alguma coisa, por um instante, pode dar a ilusão de cessar de se não escrever.

Ou seja, a ilusão de que alguma coisa não só se articule, mas se inscreva no destino de cada um, pela qual durante um tempo, um tempo em suspensão, esse algo que ‘seria’ a relação encontre, no ser que fala, seu rastro e sua via de miragem? (p. 275)

Seguindo Lacan (1972-1973/2010), podemos nos perguntar se seria pela via do afeto, pela via da produção do amor, que o Real, esse que não cessa de não se escrever, poderia dar a ilusão de cessar de não se escrever, mesmo que por um instante. Acreditamos que sim. No Seminário 20 de Lacan (1972-1973/2010), intitulado “*Encore*”, tem-se a seguinte frase: “aquilo que dá suplência à relação sexual é precisamente o amor” (p. 64), tomando a relação sexual como algo que não cessa de não se escrever, portanto pertencente ao registro do Real; e o amor localizado na intersecção entre o simbólico e o imaginário, por isso produtor de sentido; o amor pode elevar o objeto à condição de necessário, ou seja, passar a não cessar de se escrever, e como falado, alguma coisa, durante um tempo, poderia dar a ilusão de cessar de não se escrever e passar a não cessar de se escrever.

Fazendo a conexão entre o Real, os fios de amarração e o amor, é preciso buscar os fios que amarram o sujeito à vida na clínica com estas crianças. Ou seja, a partir da oferta de escuta das suas histórias, das suas “coisas”, das suas recordações, podemos encontrar

ancoragens importantes na vida destas crianças. Sobre isso, D'Andrea (2012) nos fala que as histórias das crianças acolhidas contêm as suas lembranças, e que é preciso que elas tenham um espaço para falar sobre ela:

O Construtor de Pontes estava se dando conta de que o desejo de viver de Martina só se realizaria se não fossem cortadas as pontes com o passado. As lembranças daquela menina eram tantas, e manter aberta a porta para o passado e 'costurá-lo' com o presente e o futuro dependiam [daqueles] chamados 'grandes'. (...) O passado de uma criança como Martina não é pontuado só de eventos dolorosos (...) (p. 39).

Na prática clínica com estas crianças, aparece na fala, nos comportamentos, no modo de se relacionarem, ou não, com outras crianças, parte do que lhes aconteceu. Muitas vezes, comparece nos seus discursos o que viveram de violência familiar –a mãe que escolheu o companheiro em detrimento do filho; o pai que o espancou, ou espancou a mãe; o companheiro, tio, vizinho que abusou sexualmente– que são descritas com frases soltas, quando não atuadas, ou são proferidas com aparente distanciamento emocional.

Como falado, a retirada da criança da família biológica é um instante traumático, e a fixação neste instante pode provocar o silenciamento como um modo de resguardo, uma proteção necessária para a sobrevivência psíquica do sujeito. Nesses casos, mostrou-se necessário acolher um sujeito que ainda não havia construído uma resposta metafórica para o acontecido e que ainda não conseguia endereçar uma demanda.

Nos atendimentos, quando perguntadas sobre a idade ou a data do aniversário, muitas vezes elas não sabiam responder. Algumas crianças chegavam a não saber o significado da palavra aniversário. Isso apontava para uma desorientação quanto às referências básicas para a construção de uma história e relativa ao lugar a que pertenciam. O processo de retirada da família de origem pode alterar a noção espaço-temporal, que fica marcada pelas perdas e não mais pelo tempo cronológico. Frequentemente, a criança maltratada tem grande

vulnerabilidade afetiva e qualquer perda pode lhe causar sofrimento. Outras, que foram violentadas fisicamente e/ou verbalmente, podem ter dificuldade para se integrar, mostrando-se agressivas numa tentativa constante de se proteger. Uma criança deixada sozinha pode tornar-se débil porque a aprendizagem pode ser angustiante. As perdas na infância podem fazer a criança criar diferentes estratégias contra novas perdas: uma delas seria a indiferença afetiva.

Em relação a esse ponto, trazemos um recorte clínico. A psicanalista foi chamada para atender José (nome fictício), que estava acolhido em outra instituição. A equipe técnica do abrigo alegava que José não demonstrava sentimentos e, por isso, eles acreditavam que ele poderia ser um psicopata. José, após ter “vários pais” –modo como ele se referia aos vários companheiros da sua genitora–, ter uma mãe drogadita, ter vivido e visto violências físicas e verbais juntamente com suas duas irmãs, foi retirado da sua mãe ainda muito pequeno. A família extensa, inicialmente, se mostrou interessada em “ficar com eles”. Mas, sem maiores explicações, “sumiram”. A mãe, neste meio tempo, faleceu, e não foi autorizado a José ir ao seu enterro. Diante desta história de vida, José se anestesiou, possivelmente para sofrer menos, calando-se, já que nenhum adulto tinha interesse no que ele tinha a falar. As palavras que lhe eram dirigidas eram de ordem prática e sem qualquer vestígio de afeto.

Nas sessões iniciais, José pouco falava, limitava-se a responder as perguntas, quando o fazia. Em uma das sessões ele disse: “não entendo porque você quer saber sobre mim, ninguém nunca quis me escutar”. Ou: “Até pouco tempo atrás era como se ninguém me visse. Até eu duvidava se eu realmente existia”. Aos poucos, José conseguiu perceber que, sim, ele existia e havia quem queria ouvir a sua história. A partir desta escuta, José conseguiu recordar-se de tempos dolorosos em que ele teve vários pais –alguns ruins, outros muito piores–; falou sobre suas irmãs, especialmente sobre a mais velha, que prometeu jamais abandoná-lo e foi embora sem dar notícias. Falou sobre os tios, que “quiseram ficar com eles

(irmãos) e que também sumiram sem nenhuma explicação”. Por fim, lhe foi possível falar sobre sua mãe e sua morte. Na sua fala compareciam os afetos traídos, os vínculos perdidos etc. A sua raiva explodiu a partir daquele momento. E o garoto, tido como psicopata pela equipe técnica, pôde falar sobre seus sentimentos, suas dores, frustrações e desejos.

A fim de pensar o silêncio, ou melhor, o silenciamento, Freud (1905/2020), no seu texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, em uma nota de rodapé, fala sobre um garoto de três anos dentro de um cômodo escuro que pede à tia que fale com ele, porque tem medo e está muito escuro. Ao que a tia respondeu: “de que adianta? Você não está me vendo”. O menino devolve: “Não importa, quando alguém fala, fica claro” (p. 146). Isto é, o escuro, quando colocado em palavras, pode ser elaborado, simbolizado, pois são as palavras que podem dar borda ao horror do não dito. Tal como com José, o trabalho com estas crianças é muito sofrido e complexo, pois lidamos com crianças inibidas, sem palavras para falar sobre as suas dores.

Como já dito, falar da separação da família de origem é falar de um corte dos referenciais identificatórios, momento em que a subjetividade, o modo de o sujeito estar no mundo e a sua singularidade é colocada em questão. Algo se perde, o estranho comparece, sem possibilidade de elaboração. Ou seja, o deslocamento familiar está articulado com o deslocamento psíquico, com a separação do Outro que o significou e o constituiu e pode abalar os referenciais do sujeito, a sua própria imagem tomada como ficção de si. Os abalos identificatórios podem afetar o Eu, seja no registro imaginário (eu ideal), seja no registro simbólico (ideal do eu).

Ao se separar de seus pais, a criança se depara com o diferente, com outro lugar, outro modo de ser, se depara com a própria falta e condição de incompletude. É um momento de angústia em que a criança se encontra desamparada e é convocada a se adaptar e a fazer parte, seja da instituição de acolhimento, seja de uma nova família. É um momento em que o desejo

se torna indefinível e o que resta ao sujeito é ser objeto do desejo de um Outro ao qual não se pode nominar, o que o torna objeto sem nome, sem identidade. Neste momento, ficam dissolvidos tanto o eu quanto o Outro enquanto suporte identificatórios, e o desejo se perde sem poder ser nomeado.

Nesse contexto de perda do suporte identificatório vindo do Outro, na medida em que o sujeito encontra uma ausência de respostas sobre o que o Outro quer dele, percebe-se um sujeito em sofrimento, buscando uma filiação, um pertencimento, uma escuta, enfim, um lugar onde possa existir como sujeito do desejo.

Seguindo Martina: “eu estou num lugar (...), mas não é minha casa (...) É um lugar estranho para crianças sozinhas. (...) Cada um de nós tem o próprio nome e só. Antes havia também um sobrenome” (D’Andrea, 2012, p. 34).

Percebermos que, em relação a algumas crianças, havia uma tentativa de repetidamente rememorar a fim de prolongar a existência do objeto amado e perdido, pois, para elas, o terrível era a perda da lembrança. Sobre isso, Zizek (2013), no texto “A melancolia e o ato”, trabalha a melancolia como um apego às raízes perdidas. Segundo ele, no processo de perda há sempre um resto que não pode ser integrado pelo trabalho de luto, e a fidelidade é a fidelidade ao resto. O luto é um tipo de traição, um “segundo assassinato” do objeto que foi perdido, e o sujeito, em uma recusa de renunciar ao seu apego, permanece fiel ao objeto em um momento de melancolização não entendida pelo autor como patológico.

Em relação ao tempo no qual o sujeito custa a se localizar, Rosa (2009) nos fala que é necessária a elaboração do luto em face do que foi perdido, pois apenas dessa maneira o sujeito poderá reconstruir não apenas sua imagem, mas recompor o lugar a partir do qual ele poderá se perceber novamente passível de ser amado pelo Outro (ideal do eu) e reafirmar uma posição que lhe permita localizar-se no mundo. Para isso é preciso reconstruir a história

perdida, o que implica uma deformação e uma reinterpretação do passado para que, assim, o sujeito possa modificar o seu lugar.

Mas, no trabalho com essas crianças, percebeu-se em alguns momentos uma cobrança social e uma urgência para que o tempo de elaboração das perdas fosse breve, desconsiderando muitas vezes as condições mínimas para que isso se desse, inviabilizando a possibilidade de representação do sofrimento e sua elaboração. Além disso, constatou-se a presença de discursos sociais relacionados à desqualificação da família de origem, que produzem uma negação da perda, podendo impedir o luto e gerando efeitos subjetivos desastrosos.

No momento da retirada da criança da família de origem, nem sempre há espaço para a escuta deste sujeito, ou mesmo respeito ao seu silêncio e tempo. Como falado, muitas vezes a criança é convocada a se adaptar e a apressar a elaboração de seu luto de maneira precipitada. Há uma tentativa social e institucional de resolver esta questão e de ver resultados nas ações de adoção. Dessa forma, o sujeito não encontra um espaço singular para elaborar o luto. Sobre o tempo necessário para que o processo de luto possa ser considerado concluído, Freud (1917) nos fala que o luto é uma resposta psíquica à perda de um objeto investido libidinalmente. O autor considera que o processo se conclui quando há a possibilidade de investimento do Eu em outro objeto. Sendo assim, há um tempo necessário para elaboração do processo de luto.

Para Lacan (1958-1959/2021), o luto é uma perda verdadeira, intolerável para o sujeito, que lhe provoca um buraco no Real. Referida perda constitui uma *Verwerfung*. Ele realça que esse processo é o inverso do que acontece na psicose, onde o que é rechaçado no simbólico reaparece no real. Segundo ele, do mesmo modo que o que é rejeitado do simbólico reaparece no real, o buraco da perda no real mobiliza o significante. Esse buraco oferece o lugar onde se projeta o significante faltante, essencial à estrutura do Outro. Trata-se

do significante falo, cuja ausência torna o Outro impotente para lhe dar a resposta. Neste processo, ele encontra o seu lugar, mas, ao mesmo tempo, não pode encontrá-lo, pois esse significante não pode se articular no nível do Outro. Por isso, aparecem no seu lugar todas as imagens ligadas ao fenômeno do luto. Isto é, o trabalho do luto corresponde à operação de significantização da perda, sendo uma tentativa de ligar, pela via do significante, a dimensão intolerável que ela acarreta, tarefa na qual os ritos funerários adquirem crucial importância.

Como falado, o silêncio, o silenciamento, os não ditos sobre as dores das crianças acolhidas e a impossibilidade ou a pressa para que o luto seja feito e a criança vá para uma família substituta trazem dificuldades para a elaboração narrativa da própria história. Isso nos remete à uma fala de Lacan (1958-1959/2021): “se algo da satisfação devida ao morto fica faltando, (...), então se produzem todos os fenômenos decorrentes da entrada em jogo, (...), dos fantasmas e das larvas no lugar deixado livre pela ausência do rito significativo” (p. 361).

Na situação de retirada da família biológica compulsoriamente, consideramos ser importante que um ritual de despedida aconteça, quando isso se mostrar possível. Quando não, simbolicamente é preciso que isso se dê, seja por meio de uma carta, seja por meio de um desenho de despedida, seja pela fala ou pelo brincar. Sobre isso, Lacan afirma que o rito introduz uma mediação em relação ao que o luto abre como hiância e, assim sendo, apresenta-se como uma satisfação dada à desordem produzida em razão da insuficiência de todos os elementos significantes para fazer frente ao buraco criado. Em relação ao tempo do trabalho de luto, é importante considerá-lo a partir do tempo lógico lacaniano, pois isso significa levar em conta a singularidade do sujeito e, por conseguinte, a singularidade do trabalho de luto de cada um. Sendo assim, o tempo do trabalho do luto não pode ser determinado a partir de uma norma, tampouco de uma demanda social imposta.

Houve ocasiões no trabalho com as crianças acolhidas que este sujeito, confrontado com um imenso sofrimento pelo luto por perdas importantes e concomitantes, fez uma

“mostração”, o que é chamado de *acting-out*, e que, segundo Lacan (1971/2009), consiste em “fazer passar o semblante para a cena, elevá-lo à altura da cena” (p. 42). Foram momentos em que algo era mostrado à psicanalista –seja um corpo marcado pelas dores, seja a repetição de acontecimentos que ocorreram em instantes de dor extrema e ainda sem possibilidade de simbolização, sejam sentimentos ainda impossíveis de serem nomeados etc. Assim, houve ocasiões em que um agir se mostrou urgente diante da falta de palavras sobre o vivido. Segundo Lacan (1962-1963), o *acting-out* é a mostração velada, mas não velada em si, somente velada para o sujeito do *acting-out* na medida em que isso fala. No *acting-out* a verdade é visível ao máximo e, por isso, num certo registro, é invisível, mostrando sua causa. Para Lacan (1962-1963/2021), “o essencial do que é mostrado é esse resto, é sua perda, é o que sobra nessa história” (p. 139). A apresentação da perda, na clínica com estas crianças, aponta para a aproximação que Lacan faz do luto ao *acting-out*.

O luto do passado não se opera com esquecimento e segredos. Sem os significantes, pode-se ficar apegado a um único significado, o que acontece quando o não-dito passa a ter relação com o sintoma na medida em que se torna uma repetição desatualizada e fora do contexto. O que foi descartado retorna deslocado no sintoma para que a verdade fale. Desse modo, ter acesso à história é um processo que inaugura, para cada sujeito, a possibilidade de ser novo e não mera repetição do luto não elaborado.

Quando falamos em luto na clínica com estas crianças, não nos referimos apenas ao momento de retirada da família de origem. É importante considerar que o momento de saída da criança do abrigo para uma família substituta também é um tempo de novas perdas, de novas separações, de viver e reviver rompimentos de vínculos afetivos e, por isso, um novo luto se faz necessário. Essa é a hora em que é falado à criança que o retorno à sua família biológica está completamente fora de questão, tendo em vista que a destituição do poder familiar tem caráter definitivo. Isto é, é um tempo em que a criança entra em contato com a

perda definitiva de sua “pátria” de origem. No trabalho de psicanálise com este sujeito, a psicanalista, como operadora de uma função, passa a ser testemunha de um passado e, simultaneamente, aponta para um futuro possível. Trata-se de um lugar em que se instala uma fala sobre separação e sobre união e que sustenta uma passagem, permitindo à criança elaborar suas angústias e medos.

A título de ilustração, trazemos o recorte do atendimento de uma menina que estava em processo de aproximação da família adotiva. Um dia ela saiu do abrigo e caminhou pelas redondezas até ser encontrada pelos técnicos. Ao ser perguntada sobre o porquê de ter feito isso, ela apenas respondeu que fez porque quis. Lhe foi perguntado, também, se ela não conhecia as regras que diziam que ela não poderia sair sem a companhia de um dos funcionários. Ela respondeu que conhecia, e deu a conversa por finalizada. Para ela não havia mais nada a ser dito sobre o episódio. Alguns dias depois, durante o atendimento, ela escolheu brincar com um determinado jogo. Na brincadeira, a todo momento ela desrespeitava as regras do jogo. Enfim lhe foi perguntado se ela não conhecia as regras da brincadeira. Ela, como havia feito em relação à saída do abrigo, disse que sim. Após isso, encerramos o jogo. O que esta menina estava mostrando? Que conhecia as “regras do jogo” – que diziam que, para o senso comum, é esperado que a criança acolhida, que vai para uma família substituta, fique feliz no novo lugar de estrangeiridade que vai ocupar. Mas ela procurava mostrar que não estava feliz, porque isso significava nunca mais ver sua família de origem, que ia novamente perder pessoas que durante um tempo fizeram parte da sua vida e que, por consequência, precisaria se haver novamente com o novo e o desconhecido. Se fazia necessário que novas dores, perdas e abandonos fossem elaborados.

Este é, novamente, um momento de desestabilização, de caos, momento de desamparo e de separação. Diante disso, a criança desejará que o outro, seu semelhante, a deseje, na tentativa de ter o objeto de amor e de ser o objeto de amor. Ela, num primeiro momento,

nesta condição de estrangeira, poderá se situar na fronteira, entre o dentro e o fora da família que a acolhe. É estrangeira para quem a recebe e é como estrangeira que se coloca, pois vem de outra “pátria”. Assim, neste primeiro momento a criança não faz parte daquela família, mas também já não pertence ao lugar de onde saiu, separando-se daquele Outro que a constituiu e a significou. Mas a aposta da psicanálise é que há aí um sujeito, e que a escuta psicanalítica pode contribuir para que a separação do sujeito ocorra e para a sua movimentação em direção a uma nova posição subjetiva, pois a separação possibilita a falta que é condição da estruturação subjetiva e motor do desejo.

3 Das Memórias Impossíveis à Narrativa do Sujeito

E depois, fiz tantas mudanças, dormi em tantas camas diferentes. Tantos olhos me olharam, tantas pessoas me passaram adiante, tantas luzes diferentes, tantos barulhos diferentes, tantos quartos diferentes (...). Ninguém parava e ficava comigo. Sabe que tive um grande medo? E ainda tenho agora. É um filme que passa na minha cabeça e eu não sei pará-lo. Enfim, calou-se (D’Andrea, 2012, p. 43).

Em vários momentos desta clínica foram recebidas crianças que tiveram seu passado ocultado, desconhecido ou fantasiado pela instituição de acolhimento ou pelos pais substitutos, o que trouxe consequências desastrosas. Alguns desses pais acreditavam ser possível subtrair o passado e construir um futuro independente do passado, como se desejassem apagar a história de seus filhos, supondo que só se transmite o que é dito. Sabemos que é impossível se desfazer de um passado, seja ele traumático ou não, e seguir sem que os efeitos deste passado compareçam como sintomas para o sujeito. Diante disso, é importante considerar que a criança que está situada dentro de uma família substituta carrega

a história da sua família biológica, independentemente da idade em que foi retirada da família de origem e da idade em que foi adotada.

A fim de pensar o que está sendo trazido, retomamos o que já foi falado em relação à constituição do sujeito. Sobre isso, Lacan (1964/1993) afirma que:

Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante (p. 187).

Em outros termos, o Outro é o lugar onde se situa a cadeia significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito e, portanto, é no campo do Outro que o sujeito aparece. Em vista disso, o Outro primordial e o Nome do pai, ambos como função, são responsáveis por assegurar a constituição subjetiva dos bebês e garantir a transmissão dos significantes fundamentais da filiação e da sexualidade, de tal forma que o sujeito possa comparecer como sujeito desejante.

Sobre a história do sujeito, Lacan (1953) nos traz que o inconsciente é o capítulo da história do sujeito que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira, mas que a verdade pode ser resgatada pois, na maioria das vezes, ela já está escrita em outro lugar.

Nesse texto, ele enumera, por meio de metáforas, os lugares a serem investigados:

Nos monumentos –e esse é meu corpo (...) nos documentos de arquivo– e esses são as lembranças de minha infância, tão impenetráveis quanto eles, quando não lhes conheço a procedência (...) na evolução semântica – e isso corresponde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, bem como ao estilo de minha vida e ao meu caráter (...) nas tradições e nas lendas que sob forma heroicizada veiculam minha história (...) nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá (pp. 261-262).

A pergunta que surge a partir disso é: e quando a história das crianças acolhidas não é conhecida, ou, quando conhecida, faz parte de um não-dito? O que a clínica psicanalítica pode fazer em relação a isso? Rosa (2001), no seu artigo “O não-dito familiar e a transmissão da história”, nos fala:

O que não está dito, recoberto pelo já dito, é o que permite movimentar a cadeia significativa para produzir novos sentidos. Desta forma, o relato dos fatos propicia a criação de cenas, que permitem analisar como se estrutura o desejo na dialética da relação com o outro. Nessa articulação, é possível a emergência de um sujeito. A história não é tomada aqui como sequência de fatos e datas, mas como significâncias, como trama de sentidos. Os fatos existem enquanto reclamam sentido. É sempre junto da falta de sentido e pela exigência de preenchimento dessa falta que se forma o pressentimento daquilo que será a história de cada um (p. 126).

Os pais substitutos, a instituição de acolhimento, a equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude (VIJ), ao não dizerem, não se dão conta que a transmissão se opera à revelia de qualquer um, tendo em vista que o não-dito comparece na subjetividade da criança por meio dos processos de identificação. Identificação aos pais biológicos nunca sabidos ou aos pais adotantes, tomados como modelo a ser replicado; identificação como algo não simbolizado, tendo em vista que se dá fora da cadeia significativa, mas é pura repetição que se presentifica como não dito fora do discurso parental. Nestes casos, no trabalho psicanalítico, os sintomas que comparecem derivam de traumas, segredos de família, que levam à impossibilidade de elaboração e de transmissão do fantasma de uma geração para outra, comparecendo no Real como algo que não cessa de não se inscrever.

No atendimento psicanalítico destas crianças, surgiram sentimentos de estranhamento e de tristeza aparentemente inexplicáveis, como se se manifestassem saudades e angústia em relação a um tempo estranhamente familiar. Registros de coisas inacessíveis, pois produziu-

se uma fratura na cadeia significativa. Diante disso, impõe-se uma pergunta: ficarão estas “coisas” fora da cadeia significativa, sem possibilidade de simbolização? A aposta da clínica psicanalítica é que se poderá criar, por meio do trabalho de psicanálise, uma história, produzindo uma ficção para o sujeito. Ficção como via possível de se fazer algo com o Real, isto é, com aquilo que resiste à linguagem e que escapa ao simbólico.

A fim de pensar a questão do não dito, do estranho, trazemos a peça escrita por Sófocles (1990), “Édipo Rei”. Nesta peça, fica clara a questão da estranheiridade na vida do personagem. Édipo é um expatriado e carrega em seu próprio nome a marca do que é preciso esconder, do indesejável e do que está excluído. Ele é estrangeiro na cidade onde foi criado e vivencia esse ponto de falseamento: algo não dito sobre sua própria história de vida. Ao pensar sobre sua origem, Édipo encontra uma lacuna, um ponto sem tradução, funcionando como algo estranhamente familiar que o aterroriza, o infamiliar. Assim sendo, há sempre algo que retorna, insistindo em lembrar que existe um pedaço perdido da história deste sujeito e que pode aparecer como uma tentativa de simbolizar esse afeto que o aterroriza constantemente. Assim sendo, sabe-se da existência de uma verdade que não é suscetível de ser traduzida em um saber, e que o saber é apenas uma versão da verdade do sujeito, mas uma versão que lhe é possível, ou seja, uma ficção da qual o sujeito pode se valer para dar conta de uma questão.

Por outro lado, ter acesso à história não significa falar “toda a verdade”, tendo em vista que a verdade pode ser apenas semi-dita. Lacan (1969-1970/1992), no Seminário 17, intitulado “O avesso da psicanálise”, afirma que a verdade como saber é um enigma, que nunca se pode dizer a verdade a não ser pela metade, pois ela é um semi-dizer. Melhor dizendo, a verdade nunca poderá ser enunciada toda. Aquilo da verdade a que o sujeito tem acesso constitui apenas um fragmento, um indício de que algo da verdade ali se desvela. E o

que é a verdade como saber, como saber sem saber? A verdade como saber é um enigma, pois a função do enigma é um semi-dizer.

Como falado, o saber é apenas uma versão da verdade do sujeito, uma ficção da qual o sujeito pode se valer para dar conta de uma questão. Para Lacan, é assim que o sujeito pode surgir, sendo sua existência não precedente à linguagem, mas decorrente dela, tendo em vista que não existe realidade pré-discursiva.

Enfim, no campo da psicanálise, a linguagem é um feito, um ato, que se impõe através do discurso psicanalítico, e não uma ferramenta de comunicação. Levando em conta a articulação da cadeia simbólica, Rosa (2001) afirma que os enunciados não valem pelo fato relatado em si, mas pela enunciação concomitante e pelo posicionamento do falante. É nessa dimensão da linguagem que o dizer pode se abrir para novos sentidos, permitindo ao sujeito se defrontar com a equivocação. Ou seja, o dito tem efeito sobre aquele mesmo que fala.

A história do sujeito, a sua ficção, pode ser entendida como um modo de ele assumir seu lugar em sua verdade. Lacan (1957/1998), no seu texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, afirma que a fala só pode exprimir a verdade de forma mítica. E por meio do trabalho de psicanálise pode ser possível ao sujeito reconstruir, ou reescrever, seu mito. Lacan diz ainda que não podemos nos contentar em dar lugar a uma nova verdade, porque se trata de assumir nela nosso lugar. A nova verdade exige que o sujeito se mexa. Dito de outro modo, no trabalho de análise, é a partir das lembranças, dos vazios e dos silêncios que é possível fazer dos fragmentos daquilo que foi vivido uma fantasia de modo a dar ao sujeito um lugar. Sendo assim, pode-se dizer que o sujeito se estrutura como uma ficção, e que o trabalho de psicanálise possibilita ao sujeito criar uma nova ficção que lhe possibilite se colocar em outro lugar.

De acordo com Paulon (2017), a narrativa é um método de articulação da linguagem, é uma modalidade de linguagem que articula discurso e história. Essa modalidade de

linguagem tem alguns traços específicos (alteridade, temporalidade e exteriorização); traços que, quando pensados através da perspectiva de linguagem da psicanálise, apresentam-se como forma de vinculação e marca da diferença entre o eu e o Outro, organizando temporalmente essa relação. A narrativa, então, por meio desse funcionamento, associa-se ao discurso pela sua relação com o universal; e à história, pela sua relação com o particular. A experiência narrativa da linguagem em psicanálise é uma forma de o sujeito habitado pela linguagem se apresentar, atravessado pela transferência. É deste modo que a linguagem assume um caráter curativo em psicanálise. Ela, pelos seus efeitos narrativos, vivifica e temporaliza as condições de sofrimento, que podem ser ressignificadas e, assim, reinseridas na história do sujeito. À vista disso, por meio da narrativa, acreditamos ser possível que um caminho para uma ficção sobre um mundo imaginariamente amado e perdido possa ser aberto, por mais dor que este mundo amado possa ter causado.

A esse respeito, Benjamin (1987) diz que a narrativa permite ao sujeito organizar a experiência cotidiana e o conhecimento acerca do mundo na medida em que ajuda a construir interpretações e sentidos gerados pelo exercício de narrar. Sobre a narrativa na perspectiva da psicanálise, destacamos a importância psíquica da narrativa, menos para a rememoração dos fatos, e mais para o ato ou o processo de falar de modo que, ao falar, o sujeito possa se tornar narrador e historiador da sua vida. Na clínica com estas crianças, mostrou-se necessário que a história criada desse conta das interrupções e descontinuidades vividas pois, se isso não ocorresse, permaneceriam perdidos elos que poderiam dar ao sujeito a possibilidade de criar uma ficção para si.

Na fala destes sujeitos a pergunta pela mãe biológica e pela família de origem se presentificou: “quem é minha verdadeira mãe, e meu pai?”. A respeito dessa pergunta, um questionamento se coloca: é possível haver duas mães verdadeiras? E qual seria mais

verdadeira que a outra? Hamad (2002), no seu livro “A criança adotiva e suas famílias”, fala que

Estabelecer que a mãe adotiva é a verdadeira mãe é situar o corte que existe, para todo ser falante, entre os significantes que o constituem e a linguagem que o cerca um pouco mais tarde que com as outras crianças (p. 144).

A partir de um trabalho de psicanálise, a criança adotiva pode encontrar significantes esquecidos relativos à sua mãe biológica –primeira representante de um grande Outro materno, lugar da fala para a criança– ou relativos a sua vida na família de origem. A verdadeira mãe ou o verdadeiro pai diz respeito a uma escolha feita pela criança, a uma nomeação a partir de quem exerce a função materna ou paterna no momento em que é possível para ela nomeá-los.

Como falado, as perguntas sobre “de onde vim”, “qual é a minha história”, “quem é a minha família” são persistentes na clínica com as crianças acolhidas institucionalmente e/ou adotadas, e podem assumir um caráter “horrorífico” e assustador quando existem muitas lacunas. Isso se dá porque a história do sujeito e o dito familiar são referências fundamentais que dão origem e situam o sujeito em uma linhagem. Quando isso acontece, as lacunas advindas de um não sabido podem dar origem a sintomas. Sendo assim, em alguns momentos durante a clínica, apareceram eles perdidos das histórias destas crianças e os seus reflexos, momentos em que algumas reminiscências surgiam fora de qualquer encadeamento, pedaços soltos que não encontravam um elo, elementos que nunca foram transcritos e que apareceram por meio de atos, repetições ou sintomas.

Durante este tempo trabalhando com as crianças retiradas de suas famílias de origem, foram encontradas questões muito similares e que se repetiam nos diferentes casos, de maneira singular. Questões que revelavam a necessidade de repetir o abandono, de conviver com o estranhamente familiar. Sintomas como dificuldade de aprendizagem, sentimento de

rejeição, de achar que está sempre errado, de se sentir burro, de traição, além da dificuldade de relacionamento, dificuldades psicomotoras e sentimentos de inadequação e de não pertencimento. Segundo Rosa (1999b), “o sintoma é uma palavra que não pode ser dita, alguma coisa que não consegue atingir seu pleno sentido na linguagem e manifesta-se como mensagem” (p. 79).

Como falado, quando uma criança encontra um não saber sobre sua origem, é possível que se desenvolva um universo psíquico desconhecido e povoado por fantasias de horror. No lugar de sua origem, ela encontra uma falta; não está ali quem a gerou, e outros se propõem a ocupar este lugar –algo da ordem do impossível, de um Real que não cessa de não se inscrever. Essa falta funciona como algo que sobra, um estranho familiar que aterroriza. E os sintomas insistem em lembrar que há um pedaço perdido da história deste sujeito. E mais, quando não é possível fazer um elo entre a origem e a realidade atual, o sujeito parece ficar solto entre duas histórias paralelas, que não conversam entre si.

Para estas crianças, há sempre uma mentira, um falseamento, algo não dito que pode comparecer na necessidade de reproduzir sintomaticamente o abandono vivido numa tentativa de simbolizar algo que não tem resposta para elas. Voltando a Martina, no livro “Tempo de Espera” de D’Andrea (2012):

Nos meus sonhos, quando penso nos meus pais, não penso como teria sido. Gostaria mais de saber (...) o que fizeram para não me perderem? Ninguém os ajudou? Não sabiam ser pais? Por que não ficaram comigo? Não me amavam? Como é possível que não venham me procurar? (...) Sabe de uma coisa? Estou cansada de não ter respostas para as minhas perguntas! Talvez tenha chegado o momento de que alguém me responda, de que alguém me ajude, me explique, que me ouça (p. 50).

Como dito, no trabalho na instituição foram percebidas dificuldades quanto à reconstrução das histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos. Para além destas

dificuldades, existem pontos na vida de algumas crianças que são tomados como segredos, que não podem ser falados e chegam a provocar constrangimento tanto na equipe do judiciário quanto na equipe técnica da instituição de acolhimento. São os não-ditos que se tornam “quase certas”, povoando o imaginário da equipe técnica que, por desconhecer ou não reconhecer a história destas crianças, parecem preencher as lacunas com os mais variados discursos que as circundam.

Isso se mostra, por exemplo, nos comentários nos corredores da instituição sobre as famílias das crianças, lembradas sob o significante do desajuste e da disfunção familiar. Não raro, as equipes técnicas revelam que alguns acolhimentos institucionais foram motivados exclusivamente pela miséria ou pobreza dos pais, e decidem, “em nome do bem da criança”, mantê-la acolhida para que, quem sabe, possa ser adotada por “uma família melhor”.

Percebeu-se, na instituição de acolhimento, que as crianças são orientadas a demonstrar gratidão à equipe técnica e aos voluntários que ajudam a manter o trabalho e que “cuidam delas”. Esses discursos parecem demonstrar como a criança pode ser capturada como objeto na relação a partir de uma verdade falada sobre ela, no sentido de ser uma “criança abandonada”, significante que a marca e passa a falar sobre ela. A criança capturada nessa modalidade discursiva, alienada a esse discurso, produz várias formas de sofrimento e mal-estar.

Sobre isso, trazemos o episódio de um evento Natalino em que as crianças já estavam “cansadas de tantas festas, de fazer cartinhas e de não ganhar o que haviam pedido”. Em uma das várias festas, uma menina abriu o presente e disse, desconsolada: “mais uma Barbie”. Ela já havia ganhado nove Barbies só naquele Natal. Essa fala compareceu como um ato que descontinuou a lógica discursiva que a capturava na posição de “pobre criança abandonada” e a elevou à posição de alguém que queria escolher seus presentes e ganhá-los. É interessante perceber que esta atuação fez aparecer o sujeito do inconsciente, desejante, e apontou para o

discurso que a alienava. Sem invalidar o ato desta menina, ato no sentido psicanalítico, é importante considerar que o emudecimento produz efeitos da ordem de um não-dito que comparece por meio de um ato, que podemos tomar como uma resposta sem palavras à falta de palavras. A fim de que o ato se transforme em palavras, é preciso convidar o sujeito a falar e oferecer a escuta a essa fala. E essa foi uma das propostas de trabalho com as crianças na instituição de acolhimento: possibilitar-lhes um deslocamento em relação ao discurso institucional e ao Outro familiar, muitas vezes marcado imaginariamente pelos significantes da violência e do abandono, auxiliando-as na retomada de suas próprias histórias, tendo em vista que, como já falado, no trabalho com estas crianças, revelou-se um apagamento de suas histórias de vida. A escuta pareceu “religar os pontos” aparentemente perdidos.

A fim de pensar a formação dos sintomas da criança acolhida institucionalmente, tomamos o texto “Notas sobre a criança”, de Lacan (1969/2003). Podemos, inicialmente, considerar que a criança está realizando apenas o sintoma da transmissão familiar a que esteve inserida até o momento de seu acolhimento. Contudo, nossa experiência demonstrou que os sintomas e passagens ao ato observados durante o trabalho muitas vezes também possuíam relação com o discurso institucional. É importante analisarmos como a identificação ao discurso institucional participa na formação de sintomas na criança, seja como revelador de uma verdade sobre esse discurso, seja numa captura fantasística sobre o que é ser uma criança abrigada.

A partir dos desdobramentos teóricos em relação à clínica com estas crianças, podemos considerar que a captura fantasística da criança não se dá exclusivamente no plano familiar, mas que há uma espécie de condição cultural que faz com que a criança possa ser capturada em outras instâncias. Entretanto, é importante refletir que, em psicanálise, não podemos afirmar que exista uma “fantasia social” na qual a criança possa ser capturada como objeto. Contudo, não se pode negar que a história participa nas formações inconscientes.

A fantasia é uma operação que o sujeito faz, desde a sua constituição subjetiva, para lidar com a falta estrutural do Outro, ou ainda, com o excesso de Real que advém da falta estrutural. Desse modo, afasta-se muito do sentido corrente de fantasia como devaneio, ou fantasiar. É importante salientar que os discursos sociais, na medida em que estabelecem certas modalidades de laço, podem ou não fazer comparecer a fantasia de cada um. Eles não são a fantasia, mas podem servir à captura fantasística, pois é por meio da fala do Outro, dos significantes que se colocam sobre o sujeito, que ele pode ou não ser capturado na fantasia materna. Assim sendo, a partir da clínica e do que está posto, é possível considerar a dimensão da história na formação da fantasia de cada sujeito.

4 *Lalangue* – Uma História em Duas Línguas?

A fim de se pensar a questão da *lalangue* em relação à saída da criança da família de origem e sua entrada em uma família substituta, trazemos um paralelo entre a criança que saiu da sua pátria natal para morar em outro país, inserida em outra língua, e as crianças objeto deste trabalho. Para isso, considerou-se o papel que cada “língua” pode ocupar na história do sujeito, e em que “língua” se daria sua narrativa memorial. Sobre isso, é importante considerar que o sujeito é composto por e de palavras, e que, por isso, não é possível esquecer ou renunciar a uma língua, não sendo possível traduzir a sua história para outra língua. Isso se dá porque esta seria uma nova língua, com nova sonoridade, novo ritmo e novas palavras.

E o que é a *lalangue* senão uma primeira forma de fala repleta de ritmos, sons, mal-entendidos, onomatopeias, aliterações, equívocos e musicalidade? São os primeiros balbucios provenientes do idioma materno (Lacan, 1971-1972/2012), são sons entoados que afetam o corpo, pois se trata da ressonância da voz do Outro que faz o corpo vibrar e gozar, num gozo singular, pois a *lalangue* diz da relação particular com a língua falada.

Sobre o neologismo *lalangue*, Lacan (1974) fala que ele se relaciona à expressão *lalação*, advinda do latim *lallare*, que significa “cantar para a criança dormir”. E é a partir do desejo do Outro que se transmite a substância sonora que ocupa *lalangue*, constituída pelos fonemas que são próprios a cada idioma, idioma pensado a partir dos significantes da língua materna e da musicalidade com que foram falados. *Lalangue* traz em si a musicalidade que lhe é própria, pois cada língua carrega uma cadência, um ritmo que se mostra, por exemplo, na entonação das palavras. Antes mesmo do advento da fala, já existe um ritmo musical no período de “lalação”, no modo como se alternam as notas e o silêncio. Podemos dizer, então, que a música –presente na fala– permite ao sujeito inscrever as marcas da sua história, uma vez que subjetivou essa musicalidade.

Ao considerar a saída da criança da família de origem em paralelo à saída de uma criança para uma nova pátria, como pensar a questão da língua materna –*lalangue*–, a necessidade de apreender uma nova língua e os efeitos psíquicos no sujeito? Sobre isso Cavallari e Uyeno (2011) afirmam que:

A primeira língua, aquela que os marcou por primeiro, tornando-os sujeito, não desaparece nunca (...): ela está ali, escondida, no mais recôndito do ser e, vez por outra, emerge como fagulhas de um vulcão amortecido pelo tempo e pelos hábitos. (...) Resta sempre algo, no sotaque, numa palavra que se esgueira, num trejeito que trai, revela, ao mesmo tempo em que vela, esconde (p. 13).

Ainda segundo as autoras, é preciso pontuar que a língua materna, ou primeira língua, está sempre presente porque é constitutiva do sujeito, que é sujeito da linguagem, submetido, portanto, a ela.

A fim de ilustrar este paralelo, apresentamos um fragmento de um artigo de Brisolara (2017), “Identidade e construção de autoria em uma língua adicional: as memórias ou autobiografias de linguagem”, em que a autora analisa a história de Eva Hoffman, uma

menina que tinha apenas 13 anos de idade quando emigrou com sua família da Polônia para o Canadá, em 1949, e que, em 1989, publicou o livro “*Lost in Translation: a life in a new language*”. Nesse livro, Hoffman narra a sua vida em uma nova língua e o processo atravessado por ela ao se perceber perdendo sua identidade e reconstruindo uma nova em um novo país e em uma nova língua.

Segundo Hoffman (1989), citada por Brisolara (2017), “a perda de uma identidade linguística é acompanhada pela perda de todas as subjetividades prévias” (p. 127), que o deslocamento envolve uma perda completa dos referenciais.

Brisolara (2017) afirma que Hoffman, ao se perceber perdendo a linguagem, fala que não vê o que já viu, que não compreende o que está na sua frente, que não está mais cheia de linguagem e que, “neste espaço vazio e escuro, eu [Hoffman] não existo de verdade” (p. 126). Diante disso, para Hoffman, o significante se separou do significado, e ela se tornou obcecada pelas palavras.

Eu as [as palavras] reúno, as coloco de lado como um esquilo que guarda nozes para o inverno, as engulo e tenho fome de mais. Se eu ingerir o suficiente, então talvez eu possa incorporar a língua, torná-la parte da minha psique e do meu corpo (p. 127).

Tal como no processo de constituição subjetiva e nos efeitos da *lalangue*, Brisolara (2017) faz referência às metáforas usadas por Hoffman (1989) para falar sobre os efeitos da linguagem no seu corpo, metáforas como “adquirir” e “incorporar”, afirmando que, a partir daí, seria feita de fragmentos, seria a soma das suas línguas.

Em relação às crianças retiradas das suas famílias de origem, podemos dizer que, a partir da saída da família biológica e inserção em uma família substituta, seriam elas feitas da soma de várias canções de ninar, da soma de suas línguas, da “in-corporação” de fragmentos.

5 O Brincar na clínica com crianças

Tal qual o “Museu de memórias (IN)possíveis”¹, o trabalho com as crianças acolhidas institucionalmente busca inscrever e escrever histórias e narrativas por meio da escuta destes sujeitos cujos lugares discursivos estão fragilizados. No início do trabalho, as brincadeiras, os desenhos, as atividades lúdicas falavam sobre e por este sujeito. Histórias de violência e de sofrimento apareciam “no meio das tintas”; nas palavras das bonecas e dos super-heróis; nas brincadeiras de casinha; de papai, mamãe e filhinho etc.

Agamben (2014), no seu livro “Infância e história: destruição da experiência e origem da história”, nos traz que o brinquedo e o brincar são uma materialização da historicidade contida nos objetos que a criança consegue extrair por meio de uma manipulação particular,

O brinquedo, desmembrando e distorcendo o passado ou miniaturizando o presente – jogando, pois, tanto com a diacronia quanto com a sincronia– presentifica e torna tangível a temporalidade humana em si, o puro resíduo diferencial entre o ‘uma vez’ e o ‘agora não mais’ (p. 87).

De fato, o tempo psíquico ultrapassa a dimensão do tempo cronológico. As formulações de Freud e de Lacan sobre a relevância do tempo para explicação dos processos psíquicos aparecem frequentemente na teorização de ambos. A descoberta por Freud do inconsciente se encadeia às observações sobre o trauma psíquico, ausente e presente na memória. Lacan (1964/1993), no Seminário 11, intitulado “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, afirma que o inconsciente se apresenta por pulsações, em um momento evanescente e atemporal. Isto é, o inconsciente se manifesta como o que vacila num corte do sujeito, de onde ressurgem achados com caráter de descoberta, produzindo efeitos

¹ O Museu das Memórias (In)Possíveis foi inaugurado dia 22 de maio de 2021. Trabalho fundado a partir da ética da psicanálise, que busca inscrever histórias e narrativas, acolhendo as produções de sujeitos cujos lugares discursivos estão fragilizados nos laços sociais. Quanto ao significativo Museu das Memórias (In)Possíveis, do Instituto APPOA - clínica, intervenção e pesquisa em psicanálise, o (In)Possível com “N” não é por acaso. Quando tirado o M e colocado o N, foi introduzido o (in)consciente, o (in)dizível. Com isso, procurou-se escancarar os não-ditos, os não-vistos, os não-etc. (Correio APPOA, 2021).

retroativamente, no só depois. Sendo assim, considera-se o brincar como possibilidade para a criança recontar e elaborar sua história em um *a posteriori*.

Voltando a Agamben (2014), ele nos fala que

O brinquedo apresenta alguma analogia com o bricolage (...). Tal como o bricolage, também o brinquedo serve-se de ‘fragmentos’ [*briciole* - fragmento diminuto de alimento, especialmente de pão, migalha] e de ‘peças’ [*pezzi*- pedaço, peça] pertencentes a outros conjuntos estruturais (ou, em todo caso, de conjuntos estruturais modificados), também o brinquedo transforma assim antigos significados em significantes, e vice-versa. Mas aquilo com que ele ‘joga’, na realidade, não são simplesmente estes fragmentos e estas peças, mas (...) a ‘fragmentariedade’ [*briciolità* no original] (...) que está contida sob forma temporal no objeto ou no conjunto estrutural do qual faz parte (p. 87).

Pode-se, então, afirmar que aquilo com que as crianças brincam é a história e o modo como elas se relacionam com os objetos e os outros ao seu redor, numa dimensão histórico-temporal. Agamben (2014), no mesmo livro, nos traz um interessante fragmento de Heráclito, em que ele afirma que *Aion*, o tempo em seu caráter originário, figura como uma “criança que joga com os dados”, e que a dimensão aberta neste jogo é definida como “reino de crianças” (p. 88).

Na brincadeira o sujeito faz sua entrada em cena, pois é por meio da ampliação imaginária, em que se desenrola o faz-de-conta, que a criança ensaia respostas que a tiram de um lugar de passividade diante do Outro. Com o brincar a criança liga, elabora, faz série singular dos acontecimentos da sua vida. É o tempo do faz-de-conta, do “agora eu era”, do “como se” que é evocado. Este é um marco do brincar simbólico, tempo das metáforas por meio das quais uma coisa pode ser tomada por outra, como, por exemplo, um pano que vira uma capa, um cabo de vassoura que vira um cavalo etc. O faz-de-conta é o tempo do brincar

de “vir-a-ser”, tempo de dar consistência à projeção imaginária de um futuro. É preciso considerar que brincar é operar em torno da falta –do que falta para ser grande, para realizar ideias e ideais, pois, no brincar, a criança tece uma ficção de si mesma como possibilidade de vir a ser e como resposta ao seu Outro.

Primeiramente, a tendência, com a brincadeira, é produzir um texto renovador: o acervo simbólico com que o sujeito responde ao Outro. Em vista disso, o sujeito se acrescenta, dá respostas à demanda, constrói sua janela fantasística e abre espaço para seu desejo. Assim sendo, com o tempo, esse modo de brincar dá lugar aos jogos de regras, nos quais as normas são pré-estabelecidas e vêm lembrar que se deve observar o “modo certo de brincar”. Pode-se falar que brincar é o próprio trabalho de constituição do sujeito na infância, daí que o brincar na psicanálise com crianças é um instrumento que assume não só a dimensão de uma colocação em cena do inconsciente, como também o próprio estabelecimento de inscrições constituintes do sujeito na infância.

É importante lembrar que o brincar não é em si uma produção que tenha por alvo mostrar-se a um espectador. Neste sentido, apesar de não ser para o Outro, o brincar não é sem ele, pois a criança não mostra sua brincadeira buscando o Outro como público. Seu brincar é conversado com o Outro, não para o Outro. E, na cena psicanalítica, o psicanalista, ao fazer semblante de brincar, brinca que brinca, e deve saber disso. Ele promove o jogo, não é um observador externo, pois, pela transferência, o psicanalista faz parte da estrutura do paciente e, portanto, é tomado como parte integrante da cena do brincar.

A partir da brincadeira, ele intervém, permitindo que se relancem as possibilidades de resposta desse sujeito em constituição. Isso implica poder brincar com certos conteúdos considerados insuportáveis, mas que são centrais para que a criança possa ser detentora de um saber que lhe permita separar-se da posição de objeto do fantasma parental. Sobre isso, trazemos um fragmento de caso. Há alguns anos uma menina que estava em processo de

adoção juntamente com seu irmão foi atendida. A família pretendente queria adotar uma criança pequena, e lhe foi apresentado um casal de irmãos, um menininho, como desejado, e sua irmã de 10 anos. A partir de um episódio em que Joana (nome fictício) precisou ser contida em decorrência de um acesso de fúria, ela e seu irmão foram devolvidos à VIJ e encaminhados para a instituição de acolhimento de onde haviam saído. Os pretendentes à adoção procuraram a psicanalista, que passou a atender Joana, ainda acolhida, e, posteriormente, depois que ela retornou à família substituta.

Durante os atendimentos, apareceram os medos, a angústia e os sentimentos de rejeição e desamparo vivenciados por Joana. Ela sabia que os pais adotivos queriam adotar uma criança pequena e, por isso, não se percebia desejada, tampouco amada ou passível de ser amada. Isso aparecia na clínica, e ela justificava o desamor ao se dizer feia e burra. Ser feia vinha relacionado com a cor da sua pele. Ela é negra, a família substituta e seu irmãozinho, não. A raiva aparecia por não se perceber igual, raiva do corpo que só mostrava a diferença, corpo que agredia o seu olhar a cada vez que ela parava diante de um espelho, raiva da pele de cor diferente que ela queria não ter, pois não era a mesma pele de sua família substituta, tampouco do seu irmão biológico.

Durante o trabalho ela pôde contar, brincando com os fantoches, sobre o modo como ela era tratada na família de origem, onde morava, o que lhe aconteceu. Nas brincadeiras, a boneca que a representava era negra, como ela, e era sempre agredida pelos outros, tanto verbal como fisicamente. A brincadeira se repetia sessão após sessão. Mas, com o tempo, a boneca que a representava passou a ter amigas, deixou de ser “a burra da escola”, passou a ter uma família. Desta forma, a partir dos significantes que apareciam nas brincadeiras – feia, burra, preta etc.–, lhe foi possível ressignificar o corpo que só lhe mostrava a diferença, rompendo com suas fantasias e possibilitando que ela recontasse a sua história, tecendo novas narrativas para a mesma trama. E, com isso, ela pôde se perceber passível de ser amada,

fazendo o luto dos vínculos com sua família biológica e encontrando um lugar na família adotiva.

Nos parece que é sobre isso que Agamben (2014) fala quando nos traz que “o brinquedo é uma materialização da historicidade contida nos objetos, que ele consegue extrair por meio de uma manipulação particular” (p. 87). Joana, ao brincar, presentificava a temporalidade e criava uma nova ficção para sua história, passada e futura, que passou do “era uma vez” ao “agora não mais”.

6 E Agora José? De José para Antônio

Lacan (1961-1962/2003) afirma que todo nome próprio guarda a “memória” de afeto, de um investimento libidinal e fantasístico dos que nomearam o sujeito. Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito passa à existência no mundo a partir dessa marca primeira do nome, pois todo nome próprio advém dos traços distintivos de sons percebidos por meio da *lalangue*. O que interessa não é o sentido atribuído ao objeto nomeado, mas a dimensão significante veiculada na diferença sonora, singularizando o sujeito num nome próprio. Sendo assim, não é como indivíduo que se recebe o nome, e sim como objeto da fantasia inconsciente de quem nomina. Algo lhe é transmitido em silêncio cujo valor, simbólico e real, não se reduz ao imaginário.

Isto é, o nome inscreve o sujeito em uma linhagem, em uma cultura, em uma lei. Ele porta um discurso que o antecede e que o inscreve em uma escrita, funcionando como marca inicial que especifica o sujeito. Assim, entrar na linguagem é entrar em redes significantes já submetidas às leis da história, da cultura e de uma novela familiar específica, produzindo uma marca de pertença.

Em relação a isso, Lacan (1964-1965/2022), no Seminário 12, intitulado “Problemas cruciais para a psicanálise”, fala que o nome, em geral, tem duas funções: a de denotar e a de

conotar. Conotar implica a definição e remete indefinidamente a um novo sentido. Denotar implica o objeto em sua radical singularidade, não compartilhada por outros. Ele, nesse seminário, a partir do que fala Gardiner, nos traz “o nome próprio como alguma coisa que intervém na nominação de um objeto, em razão das virtudes próprias de sua sonoridade; fora desse efeito de denotação, não há nenhuma espécie de alcance significativo” (pp. 78-79). Mesmo que haja sentido em alguns nomes próprios, eles funcionam como nominação, independentemente dessa significação. Por outro lado, enunciar um nome próprio já implica algumas referências por ele evocadas e, também, a exclusão de outras que não cabem sob o nome em questão.

Em síntese, o nome próprio não pode ser tratado a partir da definição e dos atributos de um significante qualquer, tais como a arbitrariedade e a convencionalidade, nem como sentido unificado. O nome próprio se diferencia de um significante exatamente por portar, em seu avesso, um campo vazio de significação.

Quanto à questão do nome em relação às crianças acolhidas institucionalmente, como falado, para estas crianças existem muitas lacunas sobre às suas origens que podem incluir um não saber quanto ao próprio nome e/ou ao sobrenome. Sobre isso trazemos um recorte clínico: João sabe que se chama João, porque é como é reconhecido por um grupo de pessoas. Ele sabe que havia uma mulher que dizia ser sua mãe, e que era chamada de Maria, e que havia um tio, companheiro da sua mãe, que se chamava Pedro, e sua mãe insistia que o chamasse de pai. Mas este menino chegava à sessão falando sobre um “não saber”, que dizia sobre a sua dificuldade de aprender, de apreender: “não consigo entender”. Quando ele falava: “não consigo entender”, era de outra coisa que se tratava. Ele falava sobre a sua impotência diante do desconhecimento quanto à sua origem. Quanto à sua história. Quem era Maria? Seria ela sua mãe? Quem era Pedro? E ele, era mesmo João? João para quem? (nomes fictícios).

No texto “Entre týche e autómaton: o próprio nome de Édipo”, Azevedo (1999) nos traz sobre a função do Nome-do-Pai, afirmando que

o primeiro aspecto eloquente sobre o nome de Édipo diz respeito à instância nomeadora, especialmente no que concerne à relação desta com a etimologia e com a letra. O primeiro ponto a ser sublinhado desta relação refere-se a uma falha da função do Nome-do-Pai enquanto instância nomeadora, na medida em que o nome de Édipo lhe é dado, não por seus genitores, mas pelos pastores do Citeron (...) (p. 55).

Diante disso, como pensar a nomeação quando várias destas crianças são nomeadas por um terceiro, seja na instituição de acolhimento, seja na família substituta? O que faz com que uma operação de nomeação tenha eficácia, isto é, que o sujeito seja representado por um nome que lhe seja próprio? Em relação a estas crianças, quem poderia ser o agente da nomeação, já que não é como indivíduo que o sujeito recebe um nome, mas como objeto da fantasia inconsciente de quem o nomina. E mais, quanto às crianças que recebem novos nomes quando são adotadas, tanto o nome próprio quanto o sobrenome, será que apenas a renomeação destas crianças possibilita que elas sejam circunscritas à família substituta, que passem a fazer parte de uma nova linhagem? Não acreditamos. Como falado, a nominação passa pelo desejo de um Outro, pelo investimento libidinal e fantasístico de quem exerce a função de nominação. Portanto, a simples mudança de nome não seria, por si só, capaz de inserir o sujeito numa nova estrutura familiar.

Voltando à Martina,

Às vezes me pergunto, mas ninguém consegue responder: na história anterior, quem tinha o mesmo nome que o meu? Ou ninguém tinha? Talvez, esse nome agradasse a alguém, fizesse recordar alguma coisa, quem sabe? O nome que se dá a uma criança é importante, através dele pode-se transmitir um desejo, uma promessa, um presságio.

Um nome pode fazer recordar uma outra pessoa (...).

Bom, seja como for, tenho um nome e não quero mudar.

Nunca deveriam mudar o seu nome! É tão bonito! E depois, sabe que no seu nome existe a riqueza da sua história (D'Andrea, 2012, p. 45).

Quão importante é um nome! O nome próprio diz respeito a um pertencimento.

Significa que o sujeito passa a ocupar um lugar que porta as marcas da cultura, mas conserva sua singularidade, pois é necessário que o sujeito conquiste seu nome próprio e, pela escrita de seu próprio texto, o faça seu. Por outro lado, dar um nome é um ato fundador do sujeito.

Lacan (1961-1962/2003) afirma que o nome próprio é um significante, um ponto de amarração no qual o sujeito se constitui. Nesse sentido, para ele, o nome próprio é o laço que tem com o traço unário, está ligado à escrita e não se traduz.

Lacan (1961-1962/2003) articula o nome com o traço unário apoiado no que Freud trabalhou sobre a identificação, em que o sujeito se identifica com um traço do outro, com aquilo por meio do qual cada um dos entes é dito ser um. Mas se trata de uma identificação parcial, segundo ele altamente limitada, que toma emprestado apenas um único traço da pessoa-objeto. Como falado, é a partir desta identificação que Lacan coloca a questão do nome próprio. Mas, embora ele tome por base o traço único articulado por Freud, ele vai além ao fundamentar que o “Um”, não é “único”, mas marca a singularidade do sujeito. Para Lacan, antes mesmo de nascer, o sujeito já está inscrito no desejo do Outro e o seu lugar já está inscrito sob a forma de seu nome próprio. Por isso, a escolha de um nome está relacionada ao desejo do Outro. Sendo assim, o nome próprio não é sem sujeito, não é possível separar o nome que o sujeito recebeu por inscrição de seus pais do referido sujeito. Acredita-se que o nome é algo que permanece na história do sujeito, pois, conforme Lacan (1961-1962/2003), o nome próprio, enquanto ele especifica como tal o enraizamento do sujeito, está mais especialmente ligado que um outro ao que na língua já está pronto para receber essa informação do traço.

Em “Notas sobre a criança”, Lacan (1969/2003) destaca “a irredutibilidade de uma transmissão –que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (p. 373). Essa função tem como condição, portanto, efetivar-se por um interesse particularizado em relação à criança, e, como resultado, a transmissão de um nome.

Como já falado, a constituição subjetiva envolve a nomeação, que é o que permite a inscrição da criança como “filho de” e a sua ancoragem subjetiva nessa nomeação. Porém, ressalte-se que a nomeação depende da inscrição social do nascimento de uma criança. E se considerarmos um bebê que foi descartado, tratado como dejetivo? Segundo Agamben (2002), ele permanece pura vida nua, descartável, “matável”.

E ao pensarmos em uma genitora que manteve a gravidez em segredo e que, após o nascimento do seu filho, o entregou para adoção? Consideramos importante notar que este bebê, de algum modo, esteve inscrito no desejo de um Outro, de um “grande Outro primeiro”, que o gestou e cuja função precisará deslizar para quem tomar este bebê como filho e supuser ali um sujeito, o nomear etc., tornando possível a assunção de um sujeito desejante.

E ao considerarmos uma criança que não tem um registro de nascimento, um registro de existência? Inúmeras vezes chegaram crianças na instituição sem registro de nascimento, independentemente da idade. É inesquecível o dia em que um menino de sete anos foi acolhido. Ele era apenas um menino de sete anos, porque a sua certidão de nascimento estava em branco, preenchida com um vazio. Várias perguntas nos assaltaram: este menino existia? Existia para quem? E como “sub-existia” sem um registro de existência?

Talvez possamos considerar que, de alguma forma, alguém deu sustentação a este sujeito, alguém lhe deu um nome, possivelmente um nome inscrito na fantasia de quem o nomeou, alguém exerceu a função de nomeação, que tem como condição se efetivar por um interesse particularizado em relação à criança. No caso, não como Nome-do-Pai, não como

inscrição em uma linhagem, mas, talvez possamos dizer, como nomeação no sentido de dar existência a um sujeito.

Sobre a questão da nomeação, Rosa (2020) destaca não haver anterioridade da parentalidade e das funções materna e paterna, pois elas se constituem como efeito social e subjetivo do nascimento da criança inscrita como filho de alguém e se revelam pelo efeito no sujeito, no só depois, quando se constitui um lugar para o filho e, importante, ele é registrado com um nome.

Portanto, e agora José? De José a Antônio. José era José para alguém? E Antônio, será Antônio para quem? É possível deixar de ser José para passar a ser Antônio?

VI – É Possível Concluir?

Retomando a pergunta que norteou esta dissertação: quais as causas do sofrimento psíquico da criança que passou pela experiência de “ex-patriação” –saída da família de origem, seja por entrega para adoção, seja por abandono, seja por retirada em decorrência de ordem judicial–, e o que a psicanálise pode fazer em relação a isso? Podemos afirmar que o sofrimento desse sujeito está associado à falta de sentido que advém da perda da posição subjetiva diante do Outro, que pode ser vivenciada com angústia e sofrimento; como desamparo e a impossibilidade de dar uma resposta ao novo podem ser experimentados como perda de si mesmo.

Melhor dizendo, a saída da família de origem pode significar a perda da posição subjetiva diante de um Outro que o reconhecia, que o significou, e pode ser desorganizadora e traumática. A desorganização psíquica que se associa ao sofrimento destas crianças pode comparecer a partir do fato de ela estar vulnerável diante de um Outro que não lhe proporciona amparo e que está, então, vinculada à experiência de não reconhecimento e de perdas que a retirada da família de origem provoca –perda da família, de objetos de investimento, do lugar de pertencimento e de reconhecimento, ou seja, de tudo o que até aquele momento fornecia ao sujeito um amparo simbólico para existir.

A saída da família biológica coloca o sujeito em um “entre” –entre lá e cá, entre um passado e um futuro–, momento em que a criança não se percebe fazendo parte por ainda não conseguir dar uma resposta a este lugar, a esse fora que não é um não-dentro. Estar diante do Outro sem saber como responder ao que lhe falta pode ser desestruturante para algumas crianças, e a pergunta que lhes retorna é: “O que sou no desejo do Outro?”. E, como já dito, se não for oferecido a este sujeito um espaço de fala a fim de que possa elaborar esta experiência, ele pode vir a se perder diante da erupção de um Real.

Em relação aos não-ditos, podemos afirmar que eles são muito mais desestruturantes do que a verdade, seja ela qual for. Quando a saída da família de origem e a posterior adoção, ou não, não é falada, ficando no registro do não-dito, do inominável, que Lacan chamou de Real, o mito fundante da criança, que sempre se baseia no mito estruturante da família, esbarra em um segredo, em uma palavra que falta, falha e, em sua condição de hiância, buraco, vazio, se torna mais presente para o sujeito do que se tivesse sido enunciada. Uma história de vida descontínua, interrompida, pode provocar no sujeito uma tentativa incessante de saber sobre suas origens, portanto, de saber “quem ele é”. Diante desta impossibilidade, o sujeito passa a preencher estes espaços que faltam com fantasias.

No trabalho com essas crianças lhes foi dado um espaço de fala e um espaço para nomear e articular simbolicamente o que eclodiu do Real, da falta de sentido, a fim de lhes possibilitar se haver com a própria falta e, a partir disso, suportar sua condição de maneira criativa. A proposta da psicanálise na clínica com as crianças acolhidas é oferecer um olhar para sujeitos invisibilizados por um outro, além de oferecer uma escuta a fim de que ele possa articular seu sofrimento em um discurso e reescrever sua história.

Em relação às crianças retiradas da família de origem e adotadas, acreditamos ser necessário possibilitar a rearticulação da perda na cadeia de representações e atualizar o acontecimento a fim de recompor processos e reinvestir em novos objetos de amor. Para a psicanálise, a possibilidade de ressignificar o vivido permite ao sujeito dar novos sentidos e fazer novas ligações.

Em relação à família substituta, percebeu-se que, desde que engendrada pelo desejo, ela pode ter condições de introduzir a criança que chega em uma linhagem, uma vez que esta não se caracteriza pela função genética, mas pela função simbólica. Ao se levar em consideração a singularidade da experiência adotiva, em uma narratividade peculiar a cada caso, a cada sujeito, considerando que a história de cada um começou a ser contada muito

antes da chegada da criança na família substituta, há a possibilidade de a família adotiva inscrever este sujeito que chega numa amarração simbólica familiar, e de a criança, como estrangeira, ou não, dar continuidade à própria história, compondo, junto com a família substituta, uma narrativa que ofereça a ambos a possibilidade de construir novos sentidos e interpretações.

Em relação às crianças retiradas da família biológica e que ficaram acolhidas até atingirem a maioridade, é preciso que um novo estudo se desenvolva para que possamos pensar as consequências de um acolhimento institucional por tão longo período na vida de um sujeito.

Por fim, podemos dizer que, a partir do atendimento psicanalítico com as crianças acolhidas institucionalmente, o sujeito pode se reconstruir diante da separação, da falta que se fez perda; pode ter a oportunidade de se reconhecer, de se reinterpretar nesta experiência e de se reinventar a fim de se autorizar enquanto sujeito de desejo.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. UFMG.
- Agamben, G. (2014). *Infância e história: Destruição da experiência e origem da história*. UFMG.
- Agamben, G. (2019). O que é um paradigma? In G. Agamben, *Signatura rerum: Sobre o método* (A. Santurbano & P. Peterlo, Trads.; pp. 9-44). Boitempo.
- Aleksiévitch, S. (2018). *As últimas testemunhas, crianças na segunda guerra mundial*. Companhia das Letras.
- Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR]. (1951, julho 28). *Convenção de Genebra relativa ao estatuto dos refugiados*. Genebra, Suíça.
- Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR]. (1984, novembro 22). *Declaração de Cartagena sobre refugiados*. Cartagena, Colômbia.
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf
- Andrade, C. D. (1942/2012). *José* (pp. 37-40). Companhia das Letras.
- Apátridas*. (s.d). Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR].
<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>
- Autréaux, P. (2018). L'écriture comme radeau, extraits de *La Voix écrite*. In J. Chiantaretto, C. Martha & F. Neau, *L'écriture du psychanalyste* (pp. 07-13). Hermann.
- Azevedo, A. V. (1999). Entre týche e autômaton: O próprio nome de Édipo. *Revista Percurso*, 23(2).
- Azevedo, A. V. (2001). *A metáfora paterna na psicanálise e na literatura*. EDUNB.
- Badiou, A. (2002). *Condições*. Siglo Veintiuno Editores.

- Benjamin, W. (1987). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política* (pp. 197-221). Brasiliense.
- Blanchot, M. (2005). *O livro por vir* (L. Perrone-Moisés, Trad.). Martins Fontes.
- Brasil. (1990). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República.
- Brasil. (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Nova Lei da Adoção. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (...); e dá outras providências. Presidência da República.
- Brasil. (2009). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (2. ed.). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
- Brisolara, V. S. (2017). Identidade e construção de autoria em uma língua adicional: As memórias ou autobiografias de linguagem. *SCRIPTA*, 21(42), 98-116.
<https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2017v21n42p117>
- Broide, J. (2021, julho 28). O horror e o Belo: A psicanálise com os moradores de rua. *Jornal Estadão*. <https://www.estadao.com.br/brasil/inconsciente-coletivo/o-horror-e-o-belo-a-psicanalise-com-os-moradores-de-rua/>
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas, metodologia clínica e intervenções*. Escuta.
- Brum, E. (2021). *Banheiro òkòtó, uma viagem à Amazônia centro do mundo*. Companhia das Letras.
- Cavallari, J. S., & Uyeno, E. Y. (Org.). (2011). *Bilinguismos: Subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras* (Vol. 9). Pontes Editores.

- Chaves, E. (2019). Perder-se em algo que parece plano. In S. Freud, *O Infamiliar, Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 153-172). Autêntica.
- Cixous, H. (1974). *Prénoms de personne*. Seuil.
- Correio APPOA. (2021, junho). *Lançamento do Museu das Memórias (In)Possíveis* [Notícias].
https://appoa.org.br/correio/edicao/310/lançamento_do_museu_das_memorias_inpossiveis/981
- Cyrulnik, B. (2005). *O murmúrio dos fantasmas*. Martins Fontes.
- D'Andrea, A. (2012). *Tempo de espera: Como vivem as crianças, o casal e os trabalhadores sociais à espera da adoção* (L. M. Costa, Trad.). Instituto de Terapia Familiar de São Paulo.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica. Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento* (1. ed.). AnnaBlume.
- Dunker, C. I. L. (2020). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros* (1. ed.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 2015)
- Farbman, L. (2014, janeiro 30). *Locky, un hogar para crecer* [Vídeo].
https://www.youtube.com/watch?v=3eMnOsoK2Ws&ab_channel=laurafarbman
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&tlng=pt
- Freud, S. (1969). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol 1. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (J. Salomão, Trad.; pp. 301-409). Imago. (Trabalho original publicado em 1985)

- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 14. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos* (J. Salomão, Trad.; pp. 245-270). Imago. (Originalmente publicado em 1917)
- Freud, S. (2019). O infamiliar. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (E. Chaves & P. H. Tavares, Trads.; Vol. 8, pp. 27-126). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2020). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud. O mal-estar na Cultura e outros escritos* (M. R. S. Moraes, Trad.; pp. 137-232). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2020). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 6. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos* (P. C. Souza, Trad.; pp. 27-126). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (2021). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 17. Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (P. C. Souza, Trad.; pp. 11-123). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1926)
- Guerra, A. M. C., & Andrade, H. V. (2019). Sobre a teoria da nomeação em J. Lacan: Do ato à invenção. *Tempo Psicanalítico*, 51(2), 103-120.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v51n2/v51n2a06.pdf>
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Companhia de Freud.
- Hoffman, E. (1989). *Lost in Translation: A life in a new language*. Vintage Books.
- Lacan (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 591-652). Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1958)

- Lacan, J. (1974, março 30). *Alla Scuola Freudiana [Conferência Na escola Freudiana]*, Milão, Itália. <http://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/30-03-1974.pdf>
- Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: R.S.I.* (Trabalho original publicado em 1975)
- Lacan, J. (1979). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud* (B. Milan, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise* (A. Roitman, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)
- Lacan, J. (1993). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (A. Quinet, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 496-533). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 238-324). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 96-103). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949)
- Lacan, J. (1998). Variantes do tratamento-padrão. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 325-364). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). Notas sobre a criança. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 369-370). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969)

- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: A identificação* (I. Corrêa & M. Bagno, Trans.).
Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma (inédito)*. Centro de Estudos
Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1966-1967)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse do semblante* (V.
Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 20: Encore* (A. T. Ribeiro, Trad.). Escola Letra
Freudiana. (Trabalho original publicado em 1972-1973)
- Lacan, J. (2012). Os corpos aprisionados pelo discurso. In J. Lacan, *O seminário, livro 19:
...Ou pior* (V. Ribeiro, Trad.; pp. 213-230). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado
em 1971-1972)
- Lacan, J. (2021). *O seminário, livro 10: A angústia* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar.
(Trabalho original publicado em 1962-1963)
- Lacan, J. (2021). *O seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação* (C. Berliner, Trad.). Jorge
Zahar. (Trabalho original publicado em 1958-1959)
- Lacan, J. (2022). *O seminário, livro 12: Problemas cruciais para a psicanálise*. Centro de
Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1964-1965)
- Lévi-Strauss, C. (1970). *O Pensamento selvagem*. Companhia Editora Nacional; Editora da
Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1962)
- Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: Qual palavra devo usar?* (2019,
maio 27). Blog Cultura e Economia Criativa, Governo do Estado de São Paulo, Migro
ações em debate. [https://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-
debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo](https://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo)
- Nunes, B. J. (2012). *Desespero* [Escultura].

- Paulon, C. P. (2017). *Introduzindo o conceito de narrativa em psicanálise: Sobre um operador comparativo para o estudo de casos clínicos* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-18042018-095218/publico/paulon_corrigida.pdf
- Rosa, M. D. (1999a). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641999000200013>
- Rosa, M. D. (1999b). A subjetivação nas configurações familiares da pós-modernidade. *Psicanálise e Universidade*, 91, 79-104.
- Rosa, M. D. (2001). O não-dito familiar e a transmissão da história. *Psychê*, 5(8), 123-137. <https://www.redalyc.org/pdf/307/30700809.pdf>
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de Psicanálise Textura*, 2(2), 42-46.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 4(2), 329-348. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf>
- Rosa, M. D. (2009). A condição errante do desejo: Os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3), 497-511. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Escuta.
- Rosa, M. D. (2020). Passa anel: Famílias, transmissão e tradição. In D. Taperman, T. Garrafa & V. Iaconeli (Orgs.), *Parentalidade* (1. ed., pp. 23-37). Autêntica.
- Safatle, V. (2015). *O Circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2. ed.). Autêntica.

- Schneider, M. (1990). *Ladrões de palavras: Ensaio sobre o plágio, a psicanálise, e o pensamento* (L. F. P. N. Franco, Trad.). UNICAMP.
- Sófocles. (1990). Édipo Rei. In *A triologia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona* (M. G. Kury, Trad.; 1. ed., pp. 17-98). Jorge Zahar.
- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: O lugar do caso clínico. In F. Kyrillos Neto & J. O. Moreira (Orgs.), *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* (p. 11-22). EdUEMG.
- Zizek, S. (2013). A Melancolia e o ato. In S. Zizek, *Alguém disse totalitarismo: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção* (R. Bettoni, Trad.; 1. ed., pp. 120-158). Boitempo.
- Zizek, S., & Daly, G. (2006). *Arriscar o impossível: Conversas com Zizek* (V. Ribeiro, Trad.). Martins Fontes.